

Arilson Favareto¹
Suzana Kleeb²
Carolina Galvanese³
Paulo Seifer⁴
Rafael Morales⁵

Metamorfoses da dominação nos territórios rurais – qual a extensão das mudanças recentes nas regiões interioranas do Brasil contemporâneo?

Introdução⁶

Problema e objetivos

Este trabalho é um dos desdobramentos dos projetos de pesquisa – Dinâmicas territoriais rurais, que envolveu estudos em onze países da América Latina (BERDEGUÉ e MODREGO, 2012; BERDEGUÉ *et al.*, 2015a;

¹ Sociólogo, doutor em ciência ambiental, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). E-mail: arilson.favareto@ufabc.edu.br.

² Historiadora e doutoranda em planejamento e gestão do território na UFABC. E-mail: skleeb@uol.com.br.

³ Socióloga, doutoranda em planejamento e gestão do território na UFABC e pesquisadora do Cebap. E-mail: carolgalvanese@yahoo.com.br.

⁴ Engenheiro e doutorando em energia e meio-ambiente na UFABC. E-mail: paulo.seifer@gmail.com.

⁵ Filósofo e doutorando em planejamento e gestão do território na UFABC. E-mail: moralez555@gmail.com.

⁶ Versão anterior deste texto foi apresentada no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Vários colegas contribuíram com valiosos comentários e críticas: Clarissa Magalhães, Heidi Buzato, Ricardo Cardoso, Gabriela Lotta, Ramonildes Gomes e demais membros do Grupo de Trabalho (GT) Metamorfoses do rural contemporâneo da Anpocs. A todos nossos sinceros agradecimentos.

BERDEGUÉ *et al.*, 2015b) e Coesão territorial para o desenvolvimento.⁷ Neles, buscou-se compreender a heterogeneidade de dinâmicas territoriais de desenvolvimento em regiões rurais e seus determinantes, e as implicações territoriais de um conjunto de políticas setoriais estratégicas. Um primeiro resultado deste programa de pesquisas especificamente para o caso brasileiro, foi a demonstração de que, embora quase todos os indicadores econômicos e sociais tenham apresentado uma evolução positiva nos municípios interioranos na última década (2000-2010), a manifestação espacial destes resultados não foi homogênea, destacadamente na porção Norte e Nordeste do país (FAVARETO *et al.*, 2014). Um segundo resultado, novamente tomando por referência o estudo sobre o Brasil, se concentra na tentativa de explicar as razões dessa heterogeneidade a partir do estudo comparado entre regiões rurais e dentro de regiões rurais selecionadas, etapa atualmente em curso no âmbito da pesquisa Mudanças de longo prazo nas regiões rurais brasileiras – metamorfoses da dominação e desenvolvimento (FAVARETO *et al.*, 2015).⁸ Neste artigo, especificamente, é apresentada a análise para um território representativo das dinâmicas recentes que afetam o Semiárido nordestino brasileiro. Pretende-se mostrar como as heranças de longo prazo se mesclam às tendências experimentadas nas últimas décadas e, com isso, interrogar qual é a extensão das mudanças por que vem passando as regiões interioranas brasileiras, o que elas significam quando comparadas à trajetória de longo prazo destes territórios e quais são os condicionantes da situação analisada.⁹

No livro, *Nordeste, nordestes: que nordeste?*, de 2002, Tania Bacelar chamava atenção para o fato de que esta região, tradicionalmente conhecida pela concentração de pobreza e por uma economia tipi-

⁷ Ambos coordenados por Júlio Berdegué no Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp), com financiamento do International Development Research Centre, do Canadá, e nos quais se envolveu um conjunto de pesquisadores e instituições de vários países latino-americanos.

⁸ Pesquisa conduzida pelos autores na UFABC e no Cebrap, com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq).

⁹ Os territórios envolvidos nessa pesquisa são: Sertão do São Francisco e Extremo Sul, ambos na Bahia e Vale do Ribeira, Cunha e Bofete, no interior de São Paulo. Os estudos envolvem duas dimensões de análise: a dimensão territorial e um conjunto de dimensões temáticas em suas interdependências com a trama histórica e espacial locais: políticas sociais, políticas regionais, formas de sociabilidade, arenas de ação em torno de conflitos socioambientais, impactos de grandes investimentos em infraestrutura, mudanças geracionais na agricultura familiar e relações sociais de gênero.

camente periférica, já vinha passando por um processo de heterogeneização provocado pela emergência de um conjunto de polos de desenvolvimento, estimulados tanto por obras de infraestrutura como por uma peculiar associação entre investimentos estatais e privados. Resultaram disto o polo petroquímico de Camaçari, os polos de turismo da faixa litorânea, os polos de tecnologia e informática de Recife e Campina Grande e os polos agroindustriais de fruticultura, como o do Vale do Açúcar, no Rio Grande do Norte, ou o de Petrolina e Juazeiro, na divisa entre Pernambuco e Bahia. Esta última região contou ainda com uma das maiores obras de infraestrutura do Nordeste: a barragem de Sobradinho, construída nos anos 1970.

Porém, parte da literatura (entre outros LEMOS *et al.*, 2003) também destacou que estes investimentos tiveram pouca capacidade de funcionar como geradores de dinâmicas virtuosas de desenvolvimento regional, como preconizado pela literatura dos polos de desenvolvimento, ou como inicialmente planejado pelos principais teóricos da questão nordestina – destacadamente seu maior expoente, Celso Furtado – e por sua versão governamental, concretizada e operada parcialmente pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Como se sabe, a capacidade de irradiação dos efeitos positivos destes investimentos foi fortemente prejudicada porque eles não se fizeram acompanhar de duas reformas estruturais necessárias para tanto: a alteração da estrutura fundiária e a elevação dos níveis educacionais da população local. Como resultado, eles tornaram-se enclaves de dinamismo econômico cercados por um mar de desigualdade e precariedade social. Maia Gomes (2002) chegou a chamar as áreas situadas no entorno desses polos de economia sem produção, em função de sua forte dependência das aposentadorias.

As políticas públicas da primeira década do século XXI aparentemente significaram uma nova etapa do desenvolvimento local, marcada por forte redução da pobreza, por inédita (embora menos ampla) redução da desigualdade, além de uma melhora generalizada nos demais indicadores sociais. Mais que isso, houve no Brasil interiorano significativa expansão do emprego, impulsionada pela ampliação das políticas sociais, pela elevação do poder de compra do salário mínimo e seu respectivo impacto na previdência social, ou ainda, pela expansão da circulação monetária propiciada pelas várias formas de transferências de recursos para os pequenos municípios (IBGE, 2011; NERI, 2012; FAVARETO *et al.* 2014).

Diante desse quadro, finalmente teria, então, se completado o ciclo de transformação das velhas estruturas econômicas e sociais locais?

A ideia central que se pretende demonstrar neste artigo não oferece uma resposta taxativa a esta pergunta. Diferente disso, o intuito aqui é demonstrar como as mudanças no desenvolvimento regional de áreas interioranas do Nordeste brasileiro, do Sertão semiárido em particular, são tributárias deste processo cumulativo que tem como marcos as políticas desenvolvimentistas dos anos 1970, a expansão de direitos consagrada na Constituição de 1988, e mais recentemente o socialdesenvolvimentismo implementado pelo Estado brasileiro no decorrer da década de 2000. Busca-se evidenciar também que estas mudanças incrementais não lograram romper os bloqueios históricos limitadores e condicionadores das formas de inserção econômica e social da população local nas dinâmicas de desenvolvimento. Junto a essas mudanças e permanências, e isso talvez seja o mais importante, produziram-se metamorfoses nas bases sociais da dominação e, por aí, abriram-se fissuras nas estruturas de longa duração da formação territorial, cujos desdobramentos são ainda incertos. O que se pode afirmar é que parte significativa das regiões interioranas do Brasil, como a aqui analisada, encontra-se no umbral de uma mudança qualitativa mais profunda, na qual os bloqueios e a privação de liberdades poderiam passar a ser vistos como marcas do passado. Esta condição é o que se pretende evidenciar nas próximas páginas.

O artigo traz os resultados do estudo aprofundado realizado em um dos territórios selecionados na pesquisa, o Sertão do São Francisco, na Bahia. A escolha se justifica por tratar-se de uma região exemplar dos novos polos dinâmicos do Nordeste brasileiro: nela estão localizados um dos modernos polos de fruticultura e uma das maiores obras de infraestrutura do Semiárido. Em uma palavra, a região é representativa do que se poderia chamar de “centros da periferia” na moderna configuração territorial brasileira.¹⁰ Além disso, a própria conforma-

¹⁰ A pesquisa à qual este artigo se vincula, divide os territórios em centros da periferia e periferias do centro. No primeiro caso, tomam-se para análise polos dinâmicos da economia nordestina não metropolitana, e no segundo, regiões do interior paulista que ficaram relativamente à margem da industrialização intensa. Desta forma, pretende-se analisar os processos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo a partir do que se passa em algumas de suas fronteiras. Esta posição metodológica segue a inspiração de autores como José de Souza Martins e Florestan Fernandes, para quem as fronteiras sociais são particularmente interessantes para entender a síntese contraditória entre permanências e mudanças, justamente por estarem mais distantes dos grandes centros urbanos e industriais, cuja realidade transborda, sim, mas não homogeneiza o território nacional; ao contrário, compõe-se de uma unidade contraditória com a tessitura social destas regiões interioranas.

ção de seus municípios reforça a validade de sua escolha como região limite, pois nela se encontram quatro municípios que experimentaram fortíssimo impacto provocado pela barragem de Sobradinho – Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado e Casa Nova; um município cuja origem se diferencia substancialmente dos demais – Sobradinho; Juazeiro, que se destaca como polo de fruticultura; e um grupo formado por Campo Alegre de Lourdes, Curaçá e a emblemática Canudos cujas trajetórias seguem marcadas pela maior precariedade comparativamente às anteriores. Isto é, a região é típica também no que diz respeito à sua heterogeneidade interna, o que permite ir um pouco além da ideia de sertão semiárido como categoria genérica.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa se apoiou em três procedimentos. Um movimento inicial foi a reconstituição da trajetória histórica do território e a formulação de um retrato atual da região tendo por base a organização de informações derivadas de literatura secundária e de banco de dados da pesquisa, que reúne mais de setenta indicadores de bem-estar, atividade econômica e emprego. Outro movimento envolveu entrevistas em profundidade com aplicação de questionários junto a segmentos selecionados da população local em quatro municípios, dois com melhores indicadores (Sobradinho e Casa Nova) e dois com maior precariedade (Sento Sé e Canudos). Os grupos focais selecionados foram compostos por: famílias tradicionais das velhas elites; famílias de agricultores pobres beneficiários pelas políticas sociais; e novas elites econômicas e políticas. Por fim, documentos e informações recolhidos em campo completaram as fontes anteriores. As evidências empíricas e a sua leitura a partir de um *framework* moldado para a análise deste objeto e desta problemática foram organizadas em blocos de uma narrativa compreensiva, aos quais correspondem às seções deste artigo, como segue.

A primeira seção apresenta o quadro de análise que será aplicado nas partes seguintes, o qual se baseia em três componentes fundamentais: uma teoria de médio alcance aplicada ao entendimento das dinâmicas territoriais de regiões rurais, formulada por Berdegué *et al.* (2012; 2015a e 2015b); uma teoria da mudança econômica de longo prazo, em especial a vertente apresentada por North (2009); e finalmente uma teoria social que permita analisar as interdependências entre estruturas sociais, instituições e o comportamento dos indivíduos na moldagem do que chamaremos de configurações territoriais, apoiada sobretudo em Elias (1994) e Bourdieu (1974/2008; 1980/2014).

North, assim como Elias, considera que o fator determinante na moldagem das *formações sociais* é a maneira como nelas se resolve o problema da *violência*: pela definição de quem exerce legitimamente a dominação e como ela se dá, em um, pelas interdependências entre a regulação da violência e sua internalização sob a forma de autorregulação nos comportamentos individuais, no segundo.

A segunda seção inicia a aplicação do quadro de análise retomando os aspectos da formação social e econômica da região para demonstrar como ali se constituiu aquilo que North (2009) chama de “*sociedade de acesso limitado*”. Isto é, uma formação social na qual as *formas de apropriação e uso dos recursos naturais* e a constituição das *instituições e estruturas sociais* correspondentes bloquearam o acesso da maior parte da população aos direitos de propriedade e a formas de organização social que lhes permitisse exercer influência sobre a produção e a distribuição da riqueza gerada ao longo da trajetória do lugar. Mais que estruturas rígidas, na *configuração local* (ELIAS, 1994) foram moldadas *formas de sociabilidade* exemplificadas pelo *habitus* (ELIAS, 1994; BOURDIEU, 1974;2008) do sertanejo e dos coronéis, figuras arquetípicas que articulam esta polarização fundamental.

O terceiro bloco prossegue a constituição desta narrativa sobre o desenvolvimento territorial mostrando como as *políticas* desenvolvimentistas dos anos 1970 permitiram certa modernização das estruturas sociais e econômicas locais. A barragem de Sobradinho alterou a paisagem local com ao menos três resultados imediatos: gerou forte impacto social com a desterritorialização e reterritorialização (HASBAERT, 2004) das populações afetadas pela construção da obra; aumentou a capacidade de geração de energia elétrica com a construção da usina, gerando *royalties*, fonte nova de receitas para a região; e criou novas formas de uso econômico dos recursos naturais, seja com a irrigação, seja com um embrião de atividades turísticas ligadas ao lago da barragem. A constituição do polo de fruticultura, por sua vez, gerou um setor altamente dinâmico no ramo agroindustrial e fez de Petrolina e Juazeiro uma aglomeração urbana de primeira importância na trama espacial do Nordeste. O *acesso a mercados* externos promissores e a *constituição de centros urbanos* de grande vitalidade no interior da região, no entanto, não se fizeram acompanhar de correspondente distribuição de ativos (BERDEGUÉ *et al.*, 2012; BERDEGUÉ *et al.*, 2015a, 2015b) – acesso a terra e capital humano – que permitisse a criação de oportunidades de aproveitamento das novas dinâmicas geradas por parte mais expressiva da população local, restringindo os efeitos positivos às elites locais.

A quarta seção aborda o ciclo seguinte, marcado por lenta, porém cumulativa melhoria nos indicadores sociais. O argumento central aqui é que para manter a coesão social local, ainda que em bases frágeis, as *coalizões políticas* do país (em fenômeno descrito para o Brasil e outros países por NORTH, 2009; ACEMOGLU e ROBINSON, 2012; BRESSER PEREIRA, 2015) incorporaram parte da demanda por direitos, o que se concretizou em três momentos-chave: a Constituição de 1988 e, nela, em especial dois aspectos - o reconhecimento de direitos por educação e saúde, resultando na municipalização destas políticas, permitindo que elas chegassem às regiões interioranas; a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, mesmo sem registro formal, o que garantiu rendas mínimas para a ampla massa de pessoas no Semiárido nordestino nessa condição, isso já nos anos 1990; e o significativo fortalecimento das políticas sociais (transferências de renda e elevação do poder de compra do salário mínimo) operados nos anos 2000, com forte impacto nas economias dos pequenos municípios e na geração de empregos. Como se vê, trata-se de vetores de mudança cuja origem é externa à região. Aqui se evidencia como estes aspectos se concretizaram no território em análise e se passa da análise diacrônica para uma abordagem sincrônica, mostrando o desempenho dos indicadores econômicos e sociais na virada da primeira para a segunda década deste século com o objetivo de evidenciar como estas mudanças geraram um *estilo de desenvolvimento territorial* marcado por uma dupla diferenciação interna: Juazeiro (juntamente com Petrolina) se constitui em um *enclave*, com acesso a mercados dinâmicos e moderna produção agrícola; e o restante da região não logra desenvolver uma moderna economia baseada nos *royalties* da hidrelétrica ou das novas atividades econômicas a ela relacionadas. Para esta outra parte do território cria-se uma *economia de consumo* (DAVEZIES, 2008) fortemente dependente das transferências governamentais¹¹.

¹¹ É importante sublinhar que a crítica à dependência aqui não diz respeito a um discurso moral a respeito do comportamento dos beneficiários de políticas sociais. Ao contrário. Não é difícil encontrar críticos das políticas sociais que, equivocadamente, acusam as famílias pobres de algum tipo de acomodação ante as rendas garantidas pelas transferências públicas. Esta crítica ignora totalmente a dinâmica de implementação destes programas. A dependência aqui apontada diz respeito à ausência de estratégias que permitam a estas regiões melhor aproveitar o impulso econômico dado com as transferências e, por aí, alterar sua estrutura produtiva, diminuindo a vulnerabilidade do tecido produtivo local a crises ou a eventuais mudanças na orientação do Estado e sua política social.

A quinta seção traz uma leitura da *trajetória de lugares* e pessoas como manifestações materializadas das estruturas sociais e das instituições evidenciadas nos blocos anteriores. Aqui se pretende mostrar como estas estruturas e instituições se apresentam encarnadas em agentes e no território como representações da *morfologia* (isto é, como espaço socialmente produzido), mas também como *habitus* (isto é, como disposições à ação que organizam formas de sociabilidade em correspondência com a história da região, gerando assim os destinos individuais e do território e não somente reproduzindo as estruturas). Este exercício permite ver o esfacelamento da velha *configuração territorial* por meio da erosão das tradicionais bases de dominação que estiveram na origem das figuras arquetípicas expressas na polarização original entre coronéis e sertanejos. As novas dinâmicas territoriais, internas ao território ou relativas à sua inserção externa, permitem a emergência de novos personagens, representativos de grupos sociais contemporâneos do interior brasileiro, com suas novas formas de sociabilidade e novas tramas de interdependência entre seus comportamentos no plano micro, a tessitura das instituições e estruturas sociais no plano meso, e a posição do território na divisão inter-regional da organização econômica e do poder no país.

A conclusão retoma a formulação de North (2009) para demonstrar como as estruturas sociais locais permanecem presas à condição de uma *sociedade de acesso limitado*. Porém, evidencia também o que vai além da permanência, demonstrando como esta região é representativa do que ocorre em várias regiões interioranas do país: ela estaria no grau mais avançado desse estágio e, portanto, em condições de cruzar o limite que a separa da situação típica das *sociedades de acesso aberto*, isto é, da situação das sociedades democráticas nas quais os processos de dominação social são despersonalizados, e a concorrência no plano da política e da economia abre caminho a inovações que resultam em melhorias significativas no nível de vida das pessoas.

Esboço de *framework* para uma análise não normativa do desenvolvimento territorial¹²

A literatura sobre desenvolvimento territorial aplicada a regiões rurais ganhou força nos países da América Latina marcadamente na virada dos anos 1990 para os anos 2000, em uma importação e tentativa de tradução para o contexto sub-regional dos debates que aconte-

¹² O quadro de análise aqui reproduzido em versão resumida está apresentado integralmente em Favareto *et al.* (2015).

teciam na Europa, inaugurados pelo seminal trabalho de Bagnasco (1977) sobre a Terceira Itália, e depois incorporados ao âmbito oficial da União Europeia com a icônica experiência do programa Leader (SARACENO, 1999). Na América Latina o trabalho mais influente foi publicado por SCHEJTMAN e BERDEGUÉ (2003). No caso do Brasil, os estudos de Veiga (1999) e Abramovay (2000) inauguraram um campo que viria a influenciar a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de onde a nova retórica se disseminou e influenciou toda uma geração de pesquisas e de políticas públicas (FAVARETO, 2010a).

Um dos traços marcantes da vasta literatura produzida sobre o tema posteriormente, entretanto, tem sido seu caráter fortemente normativo: os territórios rurais são tomados como unidades de planejamento e de aplicação de políticas e investimentos, no mais das vezes sem uma interpretação crítica das tendências e das estruturas constitutivas destes espaços. Foi justamente visando contornar esta limitação que se realizou o programa de pesquisa Dinâmicas Territoriais Rurais (DTR), envolvendo dezenove casos em onze países da América Latina ao longo de cinco anos (2008-2013).¹³ Uma das principais conclusões do estudo foi a moldagem de uma teoria de médio alcance (Merton, 1970) capaz de instrumentalizar o entendimento das dinâmicas territoriais de regiões rurais ou interioranas.

Em termos analíticos, esse programa buscava responder a duas perguntas. A primeira delas tomava em conta que nos anos 1990 a marca predominante nas dinâmicas de desenvolvimento da América Latina era a persistência da pobreza, agravada por um contexto vivido por muitos países de estagnação econômica e com crescente desigualdade. Diante disso, uma interrogação crucial consistia em saber se, nesta parte do continente, e neste contexto adverso, havia municípios ou localidades que estavam conseguindo, simultaneamente, reduzir a pobreza e a desigualdade, além de experimentar crescimento econômico significativo. A segunda pergunta era justamente saber que fatores poderiam explicar esta *performance* positiva naqueles locais em que isto eventualmente estivesse ocorrendo.

Sobre a primeira pergunta, a resposta foi positiva. Havia mesmo no contexto dos anos 1990 localidades (municípios ou equivalentes,

¹³ A síntese destes resultados está publicada em um livro (BERDEGUÉ e MODREGO, 2012) e em um número especial da prestigiada revista *World Development* (BERDEGUÉ *et al.*, 2015a; BERDEGUÉ *et al.*, 2015b).

a depender da estrutura administrativa adotada em cada país) onde se podia encontrar uma convergência positiva na evolução dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade. E isto também valia para o caso brasileiro: dois em cada dez municípios haviam experimentado esta evolução positiva de indicadores (FAVARETO e ABRAMOVAY, 2012).¹⁴ Mas como se pode ver, tratava-se de situações excepcionais, que estavam longe de ser a regra. O que tornava mais importante ainda a segunda pergunta.

Sobre a segunda pergunta, acerca das razões desta *performance* positiva, o programa lançou uma hipótese relativamente inovadora. Certamente havia fatores exógenos aos territórios que impactaram a *performance* dos indicadores locais (investimentos privados, políticas governamentais, entre outros). Porém, observou-se que não havia qualquer homogeneidade quanto ao que acontece nesses territórios em termos de vantagens de localização ou efeitos de aglomeração capazes de potencializar esses investimentos externos, fatores geralmente destacados por velhos e novos clássicos da literatura especializada. Diferente disso, diante de um mesmo tipo de estímulos originados de fora do território, alguns deles reagiam de maneira distinta quanto à forma de absorver estes investimentos ou influências externas e traduzi-los em dinâmicas locais num processo de diferenciação que não poderia ser explicado por este tipo de fatores. Isto é, a explicação aqui se desloca para o terreno das instituições distintas desses territórios. Ou, em outros termos, para as regras (formais e, sobretudo, informais) que governam o comportamento dos agentes e, pois, o uso dos recursos.

Aqui, uma nova pergunta se coloca: se instituições são uma variável chave, o que explica a emergência de instituições mais favoráveis ao desenvolvimento ou à coesão social em um dado território? A explicação mais usual sobre mudanças institucionais realça que elas ocorrem principalmente devido a forças exógenas que alteram o *status quo*, impulsionando novos arranjos. Mas esta é uma explicação incompleta porque não permite identificar o que direciona as mudanças para um determinado sentido – neste caso de interesse, em alterações na configuração local compatíveis com maior coesão social (menores índices de pobreza e de desigualdade) e crescimento. Por

¹⁴ Em trabalho posterior Favareto *et al.* (2014) atualizaram estes dados para a década seguinte, na qual o desempenho dos municípios foi muitíssimo diferente, com ocorrência de bons indicadores em um número muito maior de localidades. Estes dados serão mencionados com detalhes adiante.

isso é importante ter em conta que a literatura aborda também o tema das mudanças institucionais endógenas, muitas vezes graduais. Estas envolvem a formação de coalizões sociais e outras formas de ação social que atuam sobre as oportunidades abertas por tensões e contradições nas instituições existentes, entre as instituições existentes, ou ainda entre as instituições locais e os choques exógenos (MAHONEY e THELEN, 2009; PIERSON, 2003).

Esta é uma explicação já conhecida na literatura sobre desenvolvimento e pode ser encontrada, com nuances, em trabalhos recentes e de amplo impacto como North *et al.* (2009), Acemoglu e Robinson (2012), Bresser Pereira (2015). Sua vantagem é que ela evita a autonomização da variável institucional e traz a explicação para as interdependências entre coalizões de atores sociais e as instituições. A novidade trazida pelo programa DTR foi identificar cinco temas sensíveis, ou cinco instâncias empíricas fundamentais, típicas de regiões rurais ou interiores, cujas diferentes combinações podem facilitar a emergência de coalizões mais favoráveis a trajetórias de desenvolvimento marcadas por maior ou menor possibilidade de crescimento com coesão social; e que, por sua vez, são também afetadas por essas coalizões em um processo de causalção recíproca ou *path dependence*. Estes temas ou instâncias empíricas podem ser esquematicamente apresentados:

- a. Estrutura de acesso e uso de recursos naturais – nos territórios onde há formas abertas, vale dizer, menos concentradas de acesso a estes recursos, há maior probabilidade de que os níveis de desigualdade sejam menores. Mas esta não é uma condição suficiente para que haja crescimento econômico. O que ocorre é que este crescimento econômico tende a ser mais incluyente ali onde o acesso à terra, à água e aos recursos florestais são menos concentrados.
- b. Mercados dinâmicos – nos territórios em que se logra acessar mercados dinâmicos, há a possibilidade de captação de rendas externas que permitem um incremento na economia local. Sem este acesso, os territórios podem até ser mais igualitários (caso daqueles em que a estrutura de acesso e uso dos recursos naturais é mais desconcentrada), mas não apresentam bons padrões de níveis de vida. Os efeitos territoriais do acesso a mercados estão diretamente relacionados, portanto, à produção de riqueza. Mas a relação entre esta riqueza e o bem-estar decorre de duas outras estruturas: além da já mencionada forma de acesso e uso dos recursos naturais, deriva também

da forma como se organiza a estrutura produtiva local, como mencionado a seguir.

- c. Estrutura produtiva – nos territórios nos quais a estrutura produtiva que se constituiu ao longo do tempo se traduziu em maior especialização e concentração, é mais comum encontrar trajetórias de desenvolvimento marcadas por crescimento econômico, mas com alta desigualdade e maior vulnerabilidade a choques externos (crises setoriais ou fatores ambientais, por exemplo). E, por sua vez, é mais fácil que isto ocorra ali onde a estrutura de acesso e o uso de recursos naturais também são mais concentrados. Nos territórios onde a estrutura produtiva é mais desconcentrada e diversificada, a possibilidade de participação social dos pequenos produtores rurais ou urbanos é maior, em elos importantes das cadeias de valor ou dos sistemas produtivos locais. E isso tende a ocorrer nos locais em que a estrutura de acesso e o uso dos recursos naturais foram menos concentrados historicamente. Mas a relação entre estes dois primeiros temas (recursos naturais e estrutura produtiva) não é linear. Ela depende da relação que se estabelece entre áreas rurais e centros urbanos, item mencionado a seguir.
- d. Relações com as cidades – os territórios que constituíram um importante centro urbano têm no seu interior, maiores chances de diversificar sua estrutura produtiva. Isto porque o centro urbano passa a funcionar como local de disponibilidade de serviços e outras estruturas e amenidades que não tornam obrigatória a migração de representantes de setores intermediários e da elite local. Com isto estes setores fazem do próprio território um espaço no qual se podem investir seus diferentes capitais (econômico, mas também político, simbólico, cultural), em vez de direcioná-los permanentemente para fora. Onde não se constituem cidades, ou onde a relação do território se dá prioritariamente com um centro urbano localizado fora dos seus contornos há uma constante evasão de excedentes e capitais de diferentes tipos, limitando as possibilidades de reinvestimento e, com isso, de ampliação de oportunidades no território original.
- e. As políticas públicas – políticas e investimentos governamentais sempre atuam nos territórios em um sentido que não é unívoco. Elas podem alterar ou reforçar as dinâmicas anteriormente citadas; e podem alterar a distribuição de poder entre grupos sociais presentes ou ausentes das coalizões locais de

poder. Portanto, trata-se de uma variável não desprezível, mas também condicionada pelas condições anteriores, numa interferência recíproca.

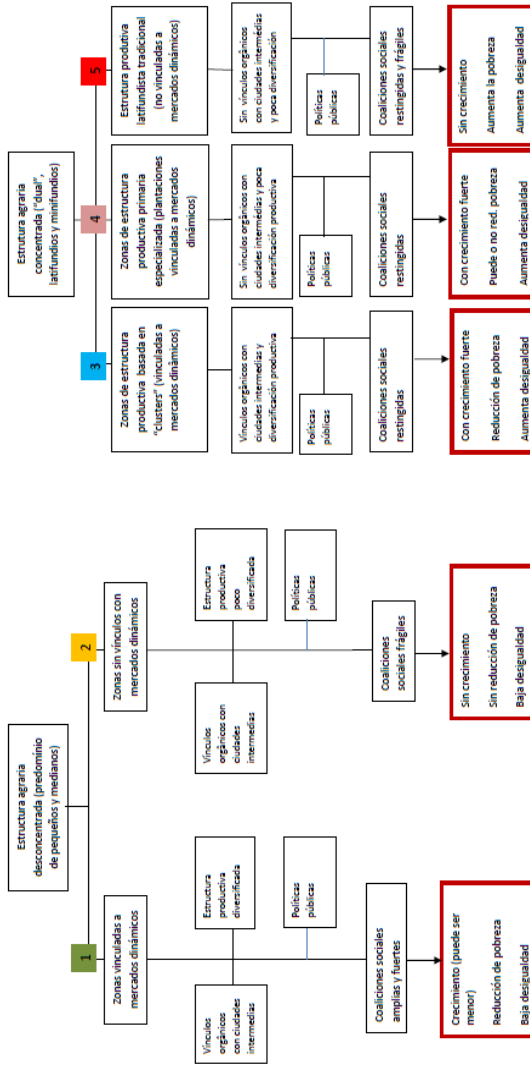
Como corolário, em um tipo extremo, quanto mais desconcentrado e quanto mais diversificado é um território – algo que ocorre tendencialmente onde o acesso aos recursos naturais se organizou de forma mais desconcentrada, e onde se constituíram centros urbanos que favoreceram a “endogeneização” dos excedentes produzidos com o processo de acumulação local –, maiores são as chances de que se constituam coalizões amplas, que tenha na valorização do território uma base importante para sua reprodução social. No outro extremo, naqueles territórios com estrutura mais concentrada e especializada, as coalizões tendem a se formar com um leque mais estreito de atores, orientando-se, sobretudo, para as modalidades de inserção externa, com menor preocupação com a coesão territorial. Em meio a esses dois extremos, outras combinações entre os cinco fatores são possíveis, e a elas correspondem distintas composições do desempenho dos territórios em termos de desigualdade, pobreza e crescimento econômico. A representação esquemática a seguir ilustra essas trajetórias tipificadas.

A identificação dessas trajetórias exemplares não implica qualquer tipo de condenação do território a um determinado tipo de desempenho em crescimento, pobreza e desigualdade em função de suas condições iniciais, como o caso brasileiro dos anos 2000 bem o demonstra. O que se ressalta é que há uma dependência de caminho que começa com as formas de apropriação dos recursos naturais na longa trajetória dos territórios, que repercute sobre a estrutura produtiva e a relação com centros urbanos. Estas condições, por sua vez, oferecem um quadro de estruturas sociais que pesa sobre a formação de coalizões. Resta, contudo, um espaço aberto a que coalizões desafiem as forças sociais dominantes. Ou que forças externas alterem, ainda que parcialmente, estas estruturas ou seus resultados. Isto é possível, como foi dito, pelo fato de as instituições não serem totais; sempre há contradições entre as instituições, e entre elas e o contexto externo, que podem ser exploradas pela ação social.

A grande vantagem dessa explicação é que ela fornece uma chave de compreensão para a heterogeneidade dos territórios latino-americanos, destacadamente para suas regiões rurais ou interioranas, sobre as quais há uma lacuna de elaboração. E o faz ao construir uma narrativa analítica que exhibe qual papel jogam, na trajetória dos ter-

Representación esquemática de las "trayectorias – tipo" del desarrollo territorial en

América Latina rural



Elaboração de Julio Berdegue, Pablo Ospina e Arilson Favareto na fase de sistematização final do projeto 'Dinâmicas Territoriais Rurales'.

ritórios, as estruturas típicas dessas regiões, tais como as formas de acesso e uso dos recursos naturais ou as relações entre o rural e os centros urbanos. Além disso, trata-se de um *framework* que, em vez das explicações baseadas em variáveis específicas e com baixa aderência à realidade das áreas interioranas latino-americanas, como já mencionado anteriormente, combina elementos inspirados por abordagens recentes e raramente postas em diálogo como a abordagem das capacitações (SEN, 1998), do institucionalismo (NORTH, 2009), com abordagens que exploram as interdependências entre atores, ativos e instituições e seus resultados em termos de *performance* social e econômica (OSTROM, 2005; ACEMOGLU e ROBINSON, 2012; BRESSER PEREIRA, 2015).

A esta leitura das estruturas sociais e das instituições no plano territorial, o estudo aqui apresentado agrega um componente adicional e cuja inspiração vem de obras dos sociólogos Pierre Bourdieu (1974;2008) e Norbert Elias (1994). O conceito de *configuração* difundido nos trabalhos de Elias articula duas ordens de fatores nos processos de mudança: de um lado, ele aborda aspectos relativos à organização estrutural das formações sociais em perspectiva histórica; e de outro, trata das interdependências entre isto e aspectos relativos ao comportamento e à constituição psíquica dos indivíduos. Algo muito próximo ao conceito de *habitus* de Bourdieu: um conjunto de disposições adquiridas que orientam a ação e que são formadas na longa exposição a sucessivos constrangimentos sociais. Tal formulação permite escapar às dicotomias entre indivíduo (encapsulado) e sociedade (externa ao agente social). As interdependências entre comportamentos e estruturas sociais permitem refletir sobre as dinâmicas espaciais sob um ângulo evolutivo, “desenvolvimental” (FAVARETO, 2007) – não no sentido de uma teleologia, mas, sim, em uma perspectiva fiel à ideia de movimento constante, conflitivo e cumulativo entre suas partes constitutivas. Conformam esta configuração os processos e as disputas em torno da distinção social, das formas de controle, do exercício e legitimação da violência e da autorregularão dos comportamentos individuais dando destino às pulsões que movem os seres humanos.¹⁵

As próximas seções tratam da articulação das dimensões analíticas apresentadas tendo por objeto um território específico: o Sertão

¹⁵ A parte dedicada à análise do comportamento social dos agentes locais ainda se encontra em lapidação, sendo apresentadas aqui as formulações iniciais. O tema não é novo. Nas obras clássicas do pensamento social brasileiro é possível encontrar inferências a esse respeito em Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, por exemplo. O

do São Francisco, escolhido para esta tarefa por razões já expostas. A análise da configuração territorial parte da conformação das estruturas sociais sedimentadas na trajetória de longa duração da formação espacial. Avança destacando as mudanças exógenas mais importantes das décadas recentes como resultado das diferentes agendas implementadas pelo Estado brasileiro no período. Em seguida, mostra como estas forças externas foram refratadas pelas estruturas sociais locais, mas também como as mesmas estruturas se alteraram, produzindo mudanças que se manifestam de forma heterogênea na espacialidade regional. O próximo passo evidencia o movimento das contradições nesta etapa da história desse território, em especial as contradições que cercam a constituição dos grupos sociais locais: seu comportamento, a constituição dos trunfos de que dispõem para a reprodução social, sua posição na hierarquia do espaço local, as coalizões locais. Tudo isto para, ao final, voltar-se à questão inicial deste artigo, isto é, analisar a extensão das mudanças e os seus condicionantes.

A constituição inicial da configuração territorial do Sertão do São Francisco

Os primeiros registros de sua ocupação territorial datam de fins do século XVI, como local de confluência de bandeiras nas proximidades do Rio São Francisco e a destinação de sesmarias com vistas à ocupação do interior. O embrião do núcleo urbano de Juazeiro se organizou com a missão religiosa destinada a catequisar populações indígenas em 1706. Formação elevada à categoria de vila, posteriormente à comarca, e transformada em cidade em 1878.

As demais cidades que compõem o território se originaram de pequenos povoados que também surgiram às margens do Rio São Francisco no início do século XVIII. Sento Sé é mais antiga (1719), seguida por Pilão Arcado (1771). Outras cidades se desmembraram destas ou se formaram a partir do século XIX. A integração ao centro econômico do Nordeste, situado no litoral com sua economia açucareira, ocorreu por meio da atividade pecuária, impraticável no litoral, em função da disputa por terras e da dificuldade de controle dos rebanhos. A pecuária se expandiu por todo o interior nordestino em um sistema extensivo e adaptado tanto às condições ambientais (solos rasos e

que se procura aqui é atualizar esta tradição, buscando apoio em prolongamentos críticos à obra de autores que se ocupam de problemas similares – isto é, interdependências entre estruturas históricas ou sociais e estruturas psíquicas ou comportamentais – como Sigmund Freud, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, e mais recentemente Bernard Lahire.

pouca disponibilidade hídrica) como às sociais, com baixa demanda por mão de obra. Tratou-se, a um só tempo, da articulação dos subse- tores do chamado Complexo Nordeste (Furtado, 1959) e também de um empreendimento de conquista e controle territorial. O declínio da produção açucareira, em meados do século XVII, refletiu de forma negativa na pecuária, mas esta se manteve até a década de 1970.

Como abordado em Favareto *et al.* (2010), a forte rigidez das es- truturas econômicas locais deu origem a estruturas sociais que lhes eram coerentes, tendo em sua base uma polaridade que envolvia as figuras típicas dos sertanejos e dos coronéis. O *habitus* sertanejo que marcou o comportamento social das famílias de agricultores pode ser resumido em alguns componentes: a lógica de resistência permanente em um sistema de reprodução social que bloqueava suas possibilida- des de emancipação econômica via produção de excedentes ou acesso a rendas de trabalho; a dependência constante do poder dos fazen- deiros e coronéis, que controlavam o mercado de trabalho e demais instâncias da vida social local; e os laços familiares como principal estratégia de superação das dificuldades decorrentes de um ambiente com tal precariedade. Sob o ângulo da vida material, esse comporta- mento foi tornado possível por conta da combinação entre a convivên- cia conflituosa entre os minifúndios, que sempre garantiram o básico do sustento das famílias de sertanejos, e os latifúndios que absorviam o excedente do trabalho dos agricultores nas únicas possibilidades de emprego temporário e precário existentes.

No outro polo da dominação, a figura dos fazendeiros, os antigos “coronéis”, personificava o controle absoluto no âmbito social e eco- nômico, e da entrada de qualquer renda monetária, pelo controle que exerciam sobre o mercado de trabalho e de produtos alimentares. Deles dependia o acesso a serviços básicos, como o provimento dos meios para utilizar hospitais ou atendimento médico. E deles depen- dia, ainda, o acesso ao sistema político formal, dos serviços cartoriais ao voto, além da administração de conflitos locais em uma espécie de personificação da lei e do poder. Esta configuração social é retratada em clássicos do pensamento social brasileiro como os livros *Coronelismo: enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal (1948;2012), ou, em um registro diferente, mais antigo, mas igualmente crucial para seu entendimen- to, em *Os sertões* (1902;2000), de Euclides da Cunha.

Moldou-se uma configuração social típica daquilo que Douglass North (2009) chamou de ordens de acesso limitado, e que anterior- mente Max Weber (1915;1998) chamara de sociedades fechadas: aquelas nas quais a livre associação não é a forma predominante de

organização da vida econômica, bloqueando assim os circuitos de concorrência e acumulação necessários ao dinamismo que marca as sociedades mais ricas e menos desiguais – aquelas que North chama de estados de acesso aberto. Além disso, formações sociais como as do Semiárido nordestino apresentam outra característica das sociedades fechadas de North: uma vez que o acesso aos recursos naturais, ao mercado de trabalho e às oportunidades de participação da vida social são limitadas, a violência se exerce de maneira dispersa em formas econômicas, políticas e simbólicas, nas quais as elites locais se amparam e pelas quais constituem reiteradamente oportunidades de ganho que lhes permitem a reprodução ininterrupta. Em outras palavras, o monopólio da violência não cabe ao Estado, como na formulação clássica da constituição do Estado moderno, mas se encontra velado em estratégias de atuação de grupos dominantes. O principal meio para tanto são as várias ordens de restrição à possibilidade de formar organizações a um pequeno número de indivíduos: as próprias elites (NORTH, 2009). Resulta disso a profunda dependência e promiscuidade entre organizações privadas e públicas, característica de sociedades de acesso fechado e típicas do coronelismo na formação histórica dos sertões do Brasil (FAVARETO *et al.*, 2010).

Esta condição permite entender as razões das formas de captura que levaram ao fracasso de todas as iniciativas voltadas à dinamização da vida econômica do interior do Nordeste na segunda metade do século XX, como, por exemplo, aquelas preconizadas por Celso Furtado (1959) e que levariam à criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a seus maciços investimentos nas décadas seguintes. Em vez de uma forte aposta na diversificação econômica e na formação de um vigoroso mercado consumidor local, como inicialmente postulado, o perfil dos investimentos acabou por se concentrar em formas de cooperação com as elites tradicionais, compensando sua baixa competitividade, e na formação de polos dinâmicos em determinadas regiões, mas que acabaram se tornando enclaves sem capacidade de irradiação dos seus efeitos positivos para o conjunto da economia regional (COHN, 1984), como mostra a seção seguinte.

O ciclo da modernização conservadora sob as políticas desenvolvimentistas e seus efeitos sobre a configuração territorial

Os anos 1970 foram palco de fortes investimentos governamentais que alteraram parcialmente a configuração do território. Estes inves-

timentos se concentraram em dois problemas estruturais da formação espacial do Semiárido nordestino: a baixa produtividade do setor agropecuário, de um lado, e a limitação hídrica, de outro.

A Barragem de Sobradinho

As secas sempre foram vistas como entrave para o desenvolvimento do Nordeste desde o período imperial, de quando datam as primeiras propostas de enfrentamento baseadas em construção de represas, sistemas de irrigação e mesmo a transposição do Rio São Francisco. A Constituição de 1946 trazia em seu art. 29 o Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do São Francisco, apontando possibilidades de aproveitamento do rio tanto para o transporte fluvial e irrigação como para a geração de energia, por meio da construção de usinas hidrelétricas (DE PAULA, 2010). Os primeiros movimentos nesse sentido foram a construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, Baixo São Francisco, na década de 1950, e os investimentos em “perímetros públicos de irrigação”, sob responsabilidade da Codelvasf, ao final da década de 1960 (DAMIANI, 2003).

A barragem de Sobradinho começou a ser planejada com o propósito inicial de regular as águas para alimentação do Complexo de Paulo Afonso, no final da década de 1960. Em 1974, incluíram-se geradores para geração de energia. O represamento se iniciou em 1976, e a hidrelétrica passou a produzir energia em 1979 (SIGAUD, 1986). Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado tiveram suas sedes alagadas e populações deslocadas. Juazeiro e Xique-Xique também foram afetadas, mas em menor escala. Esta movimentação populacional foi e ainda é conflituosa, e foram fortemente prejudicados os agricultores que não tinham a posse de sua terra, sendo reservado a estes apenas reparações por eventuais benfeitorias (HALL, 1994). Foi intenso o processo de desterritorialização e reterritorialização (HASBAERT, 2004), com expropriação de direitos e posses das populações originárias e reconfiguração do uso dos recursos naturais.

Além deste problema social, outro se relacionou à acomodação dos operários que atuaram na construção da barragem. A Vila, instalada em terreno da CHESF, era estratificada em três espaços com características urbanísticas diversificadas para os diferentes grupos de trabalhadores envolvidos na construção da barragem – operários, técnicos e gerentes. Desta vila, pretendia-se manter apenas a vila dos gerentes (mais próxima ao lago). As demais seriam desmobilizadas ao final da obra, e os operários e técnicos, dispensados. Uma movimentação social que teve apoio da Igreja católica garantiu a permanência das

três áreas que ainda hoje guardam distâncias espaciais e na característica urbana e, em 1989, foi oficializada a criação do município de Sobradinho, desmembrado de Juazeiro. Hoje, Sobradinho tem pequena importância econômica, seu território é pequeno e centrado na área urbana. A atividade agropecuária é incipiente em comparação com outras localidades da região. Existem algumas tentativas de incremento de atividade turística devido ao lago e à barragem, mas com pouca repercussão para o desenvolvimento local até o momento. Boa parte da população ainda se dedica a atividades agrícolas fora do município, com emprego sazonal junto às áreas de fruticultura irrigada, em especial no período da colheita.

A constituição do polo de fruticultura de Petrolina e Juazeiro

O projeto de desenvolver a fruticultura associada aos perímetros irrigados encontra raízes na própria região, onde já existia, desde muitas décadas, o cultivo de frutas em áreas de vazante do São Francisco e afluentes, em maior parte para autoconsumo em um sistema de culturas temporárias, sendo a dificuldade de acesso à terra o principal entrave ao desenvolvimento de culturas perenes. A concentração de investimentos públicos em perímetros irrigados se deu, principalmente, a partir da década de 1960, em torno dos dois municípios que já apresentavam melhor estrutura urbana e maior diversidade de serviços: Petrolina e Juazeiro (KAWAMURA *et al.*, 2013). Estes investimentos voltavam-se, principalmente, a sanar as deficiências relacionadas à carência de infraestrutura de transporte, energia e estudos de viabilidade técnica e econômica para a prática da irrigação, em especial, a pesquisa agrônoma.

Associada aos investimentos públicos impulsionados pela Codevasf destacou-se, ao longo da década de 1960, a atuação de agentes que assumiram, em áreas experimentais, o pioneirismo na pesquisa agropecuária e na produção de espécies pouco disseminadas na região, fornecendo a base técnica para que os primeiros empresários de maior porte ali se instalassem. Foram implantados nos municípios de Petrolina e Juazeiro os projetos-piloto de Bebedouro e Mandacaru, respectivamente. A partir de então, começaram a ser difundidas culturas com maior valor agregado, como tomate, melancia e uva, cultivadas por grandes empresas privadas e por colonos, produtores e empresários vindos de outras regiões do país (SILVA, 2003), além de técnicos, também oriundos de outras regiões, que atuavam ou tinham atuado em diversas empresas públicas – CVSF, Sudene, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Constituiu-se, dessa forma, um polo de dinamização econômica fortemente apoiado na entrada de capital externo, impulsionado por um conjunto de mudanças facilitadas ou mesmo conduzidas pelo Estado desenvolvimentista da época – marcado pelo regime de exceção comandado pelos militares e constituído como resposta conservadora à proposta das reformas de base, entre as quais a revisão da concentração fundiária. O apoio das velhas elites, entre elas o segmento das elites sertanejas nordestinas, garantiu que o processo de modernização ocorresse, sob o compromisso de não se alterar as bases da distribuição de ativos, sobretudo a terra. Como resultado, a região modernizou-se, mas manteve em seu entorno uma estrutura produtiva altamente concentrada, especializada e com baixo grau de capitalização e tecnificação. Juazeiro e Petrolina intensificaram sua complementaridade como dois centros que, juntos, formaram um importante aglomerado urbano. Estavam dadas as características de uma formação territorial capaz de gerar riquezas, eventualmente diminuir a pobreza por conta da maior circulação monetária, mas também com alto grau de desigualdades internas.¹⁶

Porém, se por um lado a ausência de uma significativa desconcentração de ativos – terra e educação, principalmente – limitou a possibilidade de endogeneização dos circuitos financeiros ativados com a produção agroindustrial e restringiu o potencial de diversificação da economia regional aos municípios maiores, por outro, os processos impulsionados pela implementação do polo de fruticultura, juntamente com os investimentos na barragem, permitiram a formação embrionária de novos personagens e importantes avanços em termos de organização dos agentes locais nas últimas décadas. Destacam-se as associações de moradores, de produtores e aquelas voltadas à luta por direitos de populações em áreas alagadas, em grande medida criadas com o apoio da Comissão Pastoral da Terra em conjunto com uma rede de organizações não governamentais que, hoje, atuam nas áreas de educação popular e no desenvolvimento e difusão de tecnologias de convivência com o Semiárido. No mesmo sentido, o sindicalismo rural apoiado pela expressiva herança política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) negocia, desde a década de 1990, acordos coletivos e fiscaliza condições de trabalho na fruticultura. Ainda que tenha sido tímida a formação de novas elites – já que a origem do capital que dinamizou a economia local foi externa, e as velhas elites

¹⁶ Para maiores informações ver também: Barros *et al.* (2004); Barros e Alcindo (2007); Lacerda *et al.* (2004); Silva *et al.* (2000), Sobel e Ortega (2007).

mantiveram-se em suas posições originais, em um processo gradativo de adaptação ao novo contexto – começa a tomar corpo uma nova elite econômica, formada por comerciantes e profissionais liberais que, aproveitando o impulso econômico da modernização local, lograram constituir-se como um setor importante, ocupando um hiato disponível entre as velhas elites agrárias e o novo capital agroindustrial, sobretudo de origem externa, e os trabalhadores, que então se constituíam em torno de portadores coletivos de seus interesses. Ambos os segmentos – trabalhadores e nova elite econômica – ganharam ainda mais proeminência no início do século XXI, em um processo cujas origens remontam ao próprio ciclo de democratização da sociedade brasileira pós-ditadura militar.¹⁷

O ciclo da expansão de direitos sob o Estado democrático e seus efeitos sobre a configuração territorial

Em seu livro *A construção política do Brasil*, Bresser Pereira (2015) oferece uma periodização dos ciclos de desenvolvimento porque passou o país. Estaríamos hoje na última etapa do ciclo de desenvolvimento iniciado nos anos 1930. A característica principal desta etapa, sucedendo as anteriores marcadas pela industrialização e complexificação da economia nacional, seria justamente a expansão de direitos. O marco deste período se situa na virada dos anos 1970 para os anos 1980 e tem como símbolo a Constituição de 1988, que consagrou um conjunto de direitos, simultaneamente à introdução de um rol de dispositivos de especial importância para as regiões interioranas, como a descentralização da execução de certas políticas públicas. Mais especificamente, quatro foram os aspectos decisivos do atual ciclo, esquematicamente apresentados a seguir.

Primeiro, a Constituição de 1988 consagrou aquilo que alguns autores como o próprio Bresser Pereira vêm chamando de Estado de bem-estar social brasileiro. Isto é, dimensões cruciais dos direitos foram reconhecidas e garantidas no texto constitucional, conferindo ao poder público responsabilidade sobre a educação, a saúde e a previdência social.

Segundo, já nos anos 1990, este conjunto de direitos foi objeto de regulamentação. Particularmente importante para as regiões interioranas foi a extensão dos direitos da previdência social aos trabalhadores rurais. Com isso garantia-se a amplos contingentes populacionais

¹⁷ Para uma análise das diferenças intrarregionais que marcam o sertão nordestino no período contemporâneo, ver Bitoun *et al.* (2014).

o acesso a uma fonte de renda monetária. Em um contexto como o daquela década, de retração no emprego industrial nos grandes centros, estes recursos foram em certa medida responsáveis por uma inversão do tradicional fluxo migratório que levou ao êxodo rural. Agora muitos trabalhadores desempregados retornavam a suas regiões de origem, ou com algum capital acumulado como trabalhadores urbanos como retratado no clássico livro *O Sul – caminho do roçado*, de Garcia Jr. (1988), ou simplesmente pela impossibilidade de arcar com os custos da vida nos grandes centros. O ritmo de saída da população rural também diminuiu no período, tornando as dinâmicas demográficas muito mais heterogêneas que no período anterior e, com isso, garantindo um mínimo de vitalidade no tecido social destas áreas interioranas (VEIGA, 2002).

Ainda no que diz respeito à regulamentação, a execução descentralizada de muitas políticas, caso exemplar da educação e da saúde, teve três efeitos de extrema importância. O repasse de recursos diretamente para os municípios aumentou a circulação monetária local, estimulando a economia dos pequenos municípios e permitindo a instalação de capacidades, com a contratação de profissionais e serviços. A oferta de serviços nos pequenos municípios fez diminuir fortemente a necessidade de deslocamentos para os municípios maiores, o que ocasionou não somente maior conforto à população e maior eficiência no serviço prestado, mas também acabou com uma das fontes da dominação local: os favores para acessar direitos fora do âmbito local, o que ocorria sob a forma de controle, por políticos e pela elite local, de instrumentos de intermediação como disponibilização de veículos, influência para marcação de consultas ou garantia de matrículas em escolas. E, finalmente, a descentralização se fez acompanhar da constituição de espaços de gestão participativa, o que permitiu transparência e controle social mais satisfatórios, abrindo, com isso, maior oportunidade para que lideranças populares passassem a frequentar um espaço que até então lhes era absolutamente interdito: a esfera da gestão pública.

Terceiro, a partir dos anos 2000, o Estado brasileiro aprofundou a expansão de direitos, não somente com maior disponibilização de recursos para programas sociais, mas por fazer do fortalecimento do mercado interno um dos *drivers* do crescimento econômico do período, ao lado da exportação de *commodities*. Uma deliberada política de valorização do salário mínimo potencializou os efeitos positivos da extensão da previdência social à população rural. A adoção do programa Bolsa Família e, posteriormente, o conjunto de instrumentos

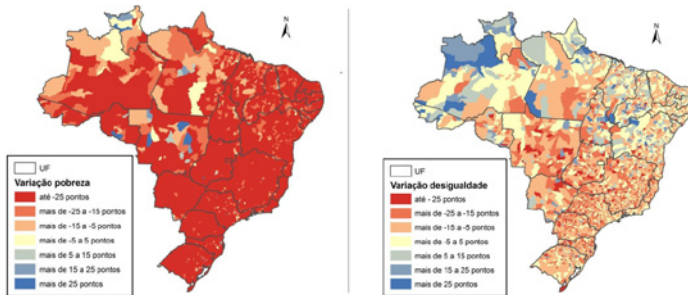
organizados no Plano Brasil Sem Miséria logrou diminuir rápida e drasticamente a pobreza. E, finalmente, a expansão da oferta de crédito, somada aos elementos já mencionados, potencializou o setor de comércio e serviços dos pequenos municípios.

Os efeitos desse ciclo para os municípios brasileiros foram apresentados em trabalho anterior (FAVARETO *et al.*, 2014). Ali, destacou-se o inequívoco sucesso no que diz respeito à redução da pobreza, de forma praticamente generalizada, em todo o país. Também se destaca que a redução da desigualdade obteve sucesso relativo, já que em um número significativo de municípios a desigualdade se manteve ou mesmo continuou a crescer, na contramão do que acontecia para o conjunto do país, caso de grande número de localidades no Semiárido nordestino. E finalmente, o mesmo texto destaca um preocupante quadro de especialização dos perfis regionais, com distinção clara entre regiões de produção (mas com baixo grau de incorporação das pessoas aos processos produtivos, resultado do uso de modernas tecnologias) e regiões de consumo (com concentração de ocupações geradas no setor de comércio e serviços, claramente impulsionados pela entrada externa de recursos e, pois, dependente destas fontes externas).¹⁸

As figuras dos mapas a seguir, gerados a partir dos dados dos Censos do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), ilustram este quadro (FAVARETO *et al.*, 2014). A primeira sequência mostra a redução da pobreza e da desigualdade. A segunda sequência mostra a especialização produtiva dos perfis regionais.

¹⁸ Os dois textos mencionados e que abordam o desenvolvimento brasileiro no período recente (BRESSER PEREIRA, 2015; e FAVARETO *et al.*, 2014) chamam atenção para o fato de que este ciclo baseado na expansão de direitos pode estar no seu limite ou perto dele. Não porque a expansão de direitos tenha se esgotado, e sim pelos meios pelos quais isto se fez. Uma das razões reside nos contornos da coalizão política à frente do Estado brasileiro na primeira década do século XXI. Bresser Pereira usa o termo “pacto que não houve” para indicar a ideia de que a base da ampla coalizão em posse do Estado neste período preconizava ser possível melhorar a vida dos mais pobres sem alterar aspectos decisivos da hierarquia social no país. Durante alguns anos isso foi possível, entre outras razões porque o crescimento da exportação de *commodities* permitiu o financiamento do modelo adotado. Com a crise econômica internacional do final da década, associada aos limites internos da economia brasileira, principalmente a baixa produtividade, desequilíbrios macroeconômicos começaram a ocorrer desembocando na crise econômica e política de 2015. A situação atual deixa grande interrogação sobre a possibilidade de continuidade da melhoria dos indicadores econômicos e sociais sob o mesmo *mix* de políticas.

Figuras 1 e 2 – Mapas com variação da pobreza e da desigualdade nos municípios brasileiros, Brasil (2000/2010)



Fonte: Favareto *et al.* (2014).

Figuras 3, 4 e 5 – Mapas de especialização dos perfis produtivos dos municípios brasileiros – participação relativa da agricultura, do comércio, dos serviços e da indústria no valor adicionado, Brasil (2000-2010)



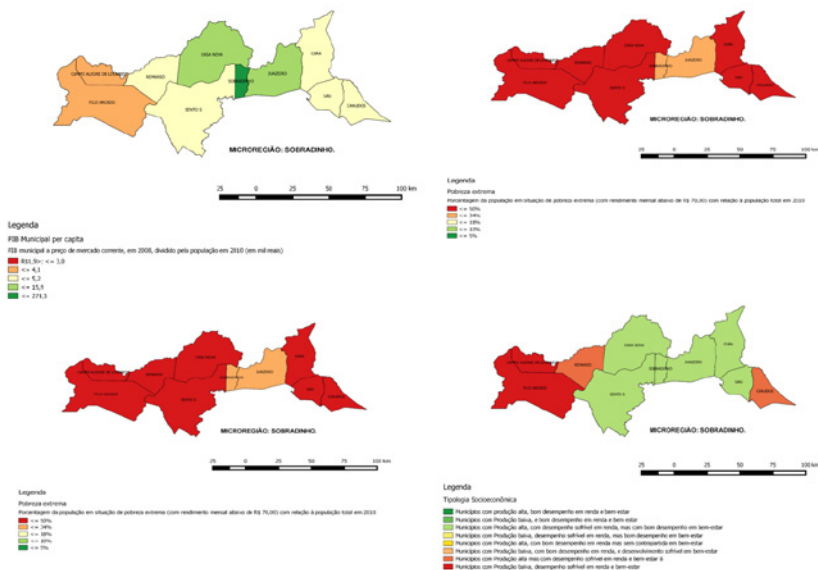
Fonte: IBGE (2010) reproduzido de Favareto *et al.* (2014).

Olhando especificamente os indicadores do Sertão do São Francisco,¹⁹ nota-se que todos os municípios experimentaram melhora expressiva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) no período compreendido entre 1991 e 2010. Sento Sé, Casa Nova e Canudos tiveram aumentos que variaram de 118% a 99%. Dos municípios da região, o crescimento mais tímido ocorreu em Juazeiro e Sobradinho,

¹⁹ Os parágrafos a seguir trazem um resumo dos dados compilados em Seifer *et al.* (2015) com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e dão mostra de como os processos mais gerais que marcaram o desenvolvimento brasileiro no período se manifestam no território Sertão do São Francisco, especificamente.

mas estes já apresentavam IDHM superior a 0,6 em 2010. Da mesma forma, no caso dos indicadores de bem-estar, houve melhoras em todos os municípios, mas destacam-se Sobradinho e Juazeiro. Quando se toma os indicadores de educação, estes são os dois municípios com melhor desempenho, tanto no que se refere ao componente de educação do IDHM, quanto em número de matriculados no ensino médio e em número de analfabetos. Porém, em termos de evolução, o município que apresentou maiores avanços nesse indicador foi Sento Sé, especialmente no número de matrículas no Ensino Médio. No caso dos indicadores de saúde e saneamento, Juazeiro e Sobradinho também se destacaram bastante à frente dos demais, mas foram os municípios de Sento Sé e Casa Nova os de melhor desempenho em termos de mortalidade infantil no período analisado.

Figuras 5, 6, 7 e 8 – Mapas com PIB, pobreza extrema (acima), mortalidade infantil e tipologia de desempenho dos municípios do Sertão São Francisco em produção, renda e bem-estar (abaixo), 2010



Fonte: IBGE e Ipeadata. Reproduzido de Massari (2015).

Tomando-se os indicadores de renda *per capita* domiciliar e de número de pessoas em situação de pobreza, Sobradinho e Juazeiro novamente se destacaram à frente dos demais municípios, seguidos de Casa Nova. Sobre o desemprego, por fim, trata-se de índice razo-

avelmente homogêneo em toda a região do Sertão do São Francisco, sendo Sobradinho e Juazeiro – a maior População Economicamente Ativa (PEA) da região – os destaques negativos em 2010. No que diz respeito à variação 2000-2010, porém, Sobradinho só não teve maior diminuição neste índice que Canudos.

A sequência de figuras de mapas, produzida por Massari (2015) ilustra e sintetiza a manifestação espacial desses números. Fica nítida a forte heterogeneidade do território, com melhores indicadores em seus municípios centrais. E, também, se pode inferir dessas representações cartográficas que o progresso nos indicadores sociais foi superior àquele verificado nos indicadores de renda, o que indica, uma vez mais, a resiliência de certas formas de concentração econômica, apesar da expansão de direitos que caracterizou o período. A primeira sequência de mapas traz alguns indicadores selecionados.

A próxima seção se destina a apresentar como estas mudanças nos indicadores econômicos e sociais repercutem entre distintos grupos sociais locais; posteriormente, analisar-se como eles se comportam em face de alguns temas fundamentais da agenda atual.

Percolação: capitais, *habitus* e coalizões nas trajetórias de lugares e de pessoas

Na Física e na Nanotecnologia usa-se o termo *percolação* para processos nos quais componentes solúveis fluem por materiais porosos. Não se trata, pois, de um processo livre, mas condicionado pelas propriedades deste sistema, e que envolve, além das propriedades individuais dos componentes, características dinâmicas: entre outros fenômenos, a porosidade se altera no decorrer do processo porque o material poroso absorve parte do componente solúvel. Aspectos como resiliência, renormalização e transições de fase conferem caráter dinâmico ao processo. O termo é útil para a explicação das dinâmicas de desenvolvimento no plano local. As tendências gerais porque passam a economia e a sociedade vão se manifestar de maneira diferenciada nos distintos territórios porque ali as estruturas sociais sedimentadas em sua longa formação deram origem a uma determinada configuração de agentes sociais que atuam por meio de coalizões. São estas coalizões, seus conflitos e interesses que filtram os processos sociais mais gerais, imprimindo seus contornos locais. Mas as coalizões e suas propriedades também se alteram à medida que são permeadas por influências externas.

Esta seção busca analisar microscopicamente aspectos sociológicos relativos à constituição dos grupos analisados para, em seguida, mos-

trar como eles atuam, a um só tempo como portadores das tendências mais gerais, mas também como agentes de sua constituição no plano da vida cotidiana por meio das suas trajetórias pessoais. Para isso, será útil o recurso à sociologia 'bourdieusiana'. Pretende-se demonstrar que uma das propriedades dos agentes locais modificadas pelos macroprocessos aqui retratados é a composição dos trunfos de que eles dispõem para atuar no plano local buscando sua reprodução como grupo social, seus capitais. Dito de outra forma, as mudanças ocorridas nas décadas recentes devem ter alterado a composição e a distribuição desigual dos estoques de capital entre os mais importantes grupos sociais locais. Serão considerados quatro grupos sociais distintos: as famílias tradicionais locais; as elites econômicas; as elites políticas; e o grupo de beneficiários das políticas sociais. A identificação destes quatro grupos é uma inferência obtida a partir da análise dos processos históricos que marcam a trajetória recente do Sertão do São Francisco. São, em certo sentido, os grupos sociais cujos interesses combinam ou conflitam em cada momento histórico e de cuja dinâmica deriva a lógica do território.²⁰

Capitais, habitus e coalizões nas trajetórias dos lugares

Como já foi dito, a morfologia do território começa a mudar mais acentuadamente a partir da instalação da Barragem de Sobradinho e da constituição do polo de fruticultura irrigada. A partir daí a região dinamiza sua inserção externa e o território se integra com a construção de novas vias de acesso que contornaram o lago da barragem. Ambos os investimentos selecionaram espaços de acesso e valorização das cidades, introduziram rearranjos fundiários e pequena diversificação das atividades, em especial comércio e serviços.

As cidades-polo da região do Sertão do São Francisco seguem sendo Petrolina e Juazeiro, que apesar de pertencerem a duas unidades distintas da federação, são ligadas não só pela ponte que passa sobre o rio, mas pela interação entre suas atividades produtivas. Na

²⁰ A pesquisa de campo ocorreu em quatro municípios do Sertão do São Francisco, a saber: Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho e Canudos. Foram realizadas reuniões com agentes envolvidos na gestão de processos de desenvolvimento territorial e aplicados questionários semiestruturados em expoentes de cada um dos quatro grupos sociais citados. Estes questionários foram organizados em blocos que contemplaram as seguintes temáticas: trajetória do grupo familiar, a trajetória individual do entrevistado, a sua atuação profissional, a sua relação com atividades associativas, políticas e sua percepção do desenvolvimento regional.

primeira reside a riqueza da produção da fruticultura irrigada e a pujança dos serviços e da estrutura urbana. Juazeiro também conta com comércio dinâmico e um setor de serviços fortalecido, mas seu papel de relevo concentra-se no aspecto identitário e simbólico – fica na Bahia, e é a cidade mais antiga desse conjunto de municípios. Em Sento Sé e Casa Nova, além do núcleo urbano para onde converge a maioria dos serviços, há áreas rurais de grandes dimensões e com poucos serviços, apenas postos de saúde e escolas de nível básico. Ali estão propriedades que, de modo geral, acompanham uma agricultura com pouco investimento tecnológico, voltado principalmente ao plantio de cebola e à caprinocultura. Houve tentativas de investimentos privados com a fruticultura irrigada em Sento Sé, prejudicados pela falta de estrutura viária para o escoamento da produção. Em Casa Nova há um processo crescente de aproveitamento de novos empreendimentos (vitivinicultura e fruticultura irrigada). Canudos é um caso à parte, pois embora formalmente vinculado ao Sertão do São Francisco apresenta ligações mais fortes com o município de Euclides da Cunha, do qual se desmembrou em 1985. É o município com piores indicadores socioeconômicos entre os pesquisados. Há uma tentativa sempre alentada pelo poder público de se instalar um polo de turismo na região devido a seu contexto histórico – palco da épica Guerra de Canudos –, e também por questões ambientais – um tipo raro de arara azul sob ameaça de extinção nidifica apenas naquela região. Mas estas tentativas são ainda precárias e se desenvolvem de maneira mais sistemática junto a grupos de estudos de universidades lindeiras.

Sobradinho tem uma condição diferenciada, pois sua área é menor que a das demais cidades, que chegam a alcançar quase o tamanho de estados brasileiros. Por outro lado, sua densidade demográfica é mais que o dobro ou o triplo daquela verificada nos municípios fronteiriços. Há pouquíssimo aproveitamento em produção agrícola, e os proventos municipais vêm quase que integralmente dos *royalties* da Usina Hidrelétrica e das transferências. Além disso, como dito, trata-se de outro projeto de cidade, diverso daquele que foi implantado nas cidades reassentadas junto ao lago de Sobradinho. O município ainda diverge dos demais no que diz respeito à gênese de sua elite política. Esta não se encontra lastreada em famílias tradicionalmente envolvidas com as práticas coronelistas do final do século XIX e início do século XX. Apesar de se tratar de um grupo familiar destacado, este não se organiza de forma similar à tradição regional. Já no caso de Sento Sé e Casa Nova, a elite política foi se transformando gradualmente. Historicamente, as gerações jovens das elites políticas

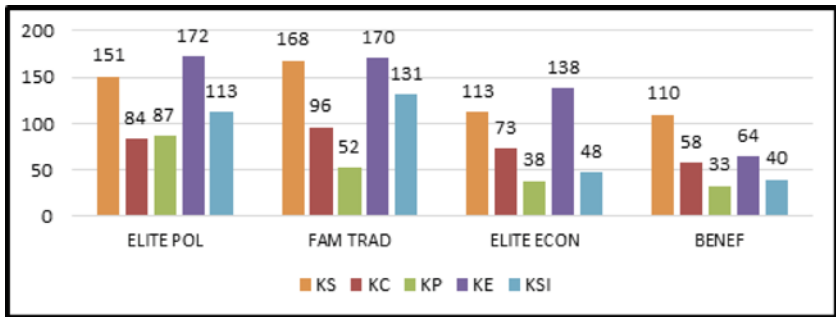
que estudavam fora da cidade retornavam para dar continuidade ao mando político e econômico da região. Entretanto, paulatinamente estes jovens passaram a buscar e a estabelecer laços em centros mais dinâmicos, enfraquecendo a atuação de famílias tradicionais no que diz respeito ao poder político e econômico local.²¹ Esta condição favoreceu o engajamento de novos agentes sociais que se aliaram às famílias tradicionais da elite política, cujos representantes com menor estoque de capitais e que não se enquadraram na dinâmica de laços políticos das cidades maiores retornaram para o sertão, com vistas à manutenção do poder nesta localidade, apoiados por uma coalizão com novos agentes.

Estas mudanças podem ser percebidas a partir de uma tentativa de quantificação dos capitais de que dispõem os grupos sociais mencionados, tal como expresso no Gráfico 1. Ali, pode-se observar que a distribuição dos capitais social, político, econômico e simbólico apresentam configuração distinta daquela sugerida pela literatura sobre o poder local. Nota-se que as famílias tradicionais não se distinguem mais dos outros grupos locais pela concentração do poder político. Ao contrário, destacam-se pelo expressivo estoque de capital simbólico e por um estoque ainda alto de capital econômico, derivado da posse da terra, até agora importante pelo perfil concentrado e especializado da estrutura produtiva local. Nota-se também que a elite política se sustenta em um alto estoque de capital econômico, denotando o forte vínculo entre economia e política, mas também o crescente peso, nas esferas locais, de poder dos grupos ascendentes – em sua maioria comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais. Os representantes da elite política alcançam um nível de capital econômico semelhante ao das famílias tradicionais e, em muitos casos, o ultrapassa. O que se nota é que, se o capital econômico desta elite tradicional se vale de sua interação com propriedades de terras e estrutura produtiva mais arcaica, a nova elite política associa-se a profissionais liberais ou do comércio que têm migrado paulatinamente para atividades urbanas. A elite econômica local, por sua vez, apresenta estoques de capitais inferiores aos dois grupos anteriores, denotando sua relativa independência dos arranjos políticos e econômicos tradicionalmente

²¹ Como exemplo de agentes que se deslocaram: Comendador Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé, procurador do Ministério Público da Bahia e professor de Direito na UFBA; Adolfo Viana de Castro Neto, deputado estadual em segunda legislatura pelo PSDB; ou ainda, Antonio Honorato de Castro Neto, pai do deputado citado acima, conselheiro corregedor do Tribunal de Contas do estado da Bahia.

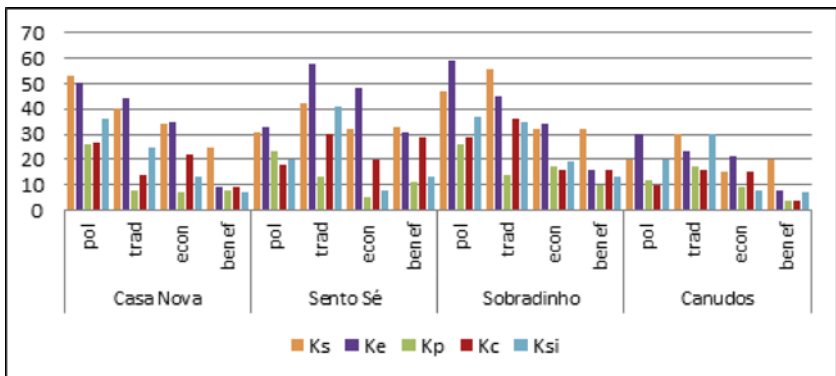
associados às características salientadas anteriormente. De fato, sua existência se deve, sobretudo, à maior circulação monetária e à parcial desconcentração da renda ocorrida no território, o que dependeu especialmente de forças exógenas, e não de iniciativas comandadas pelas elites tradicionais ou pela elite política local. Finalmente, os beneficiários de políticas sociais, como esperado, apresentam estoques inferiores aos dos três grupos anteriores, embora se possa afirmar que houve considerável progressão nos anos mais recentes, algo perceptível, sobretudo pelas trajetórias dos seus membros.

Gráfico 1 – Totais de capitais por grupos, Sertão do São Francisco, Bahia, 2015



Fonte: Pesquisa de campo.

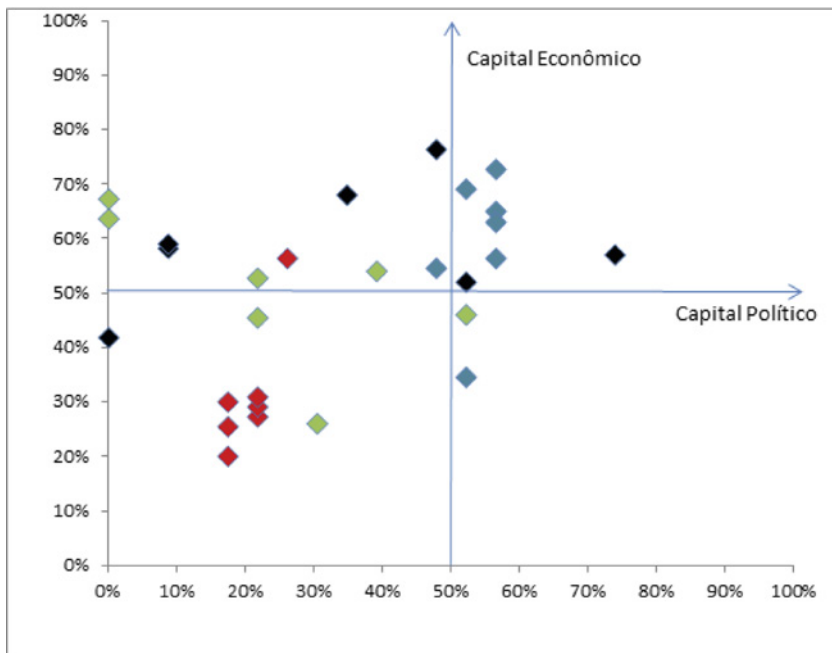
Gráfico 2 – Totais dos grupos por municípios, Sertão do São Francisco, Bahia, 2015



Fonte: Pesquisa de campo.

Já o Gráfico 2 traz as mesmas informações consolidadas por municípios, o que ilustra a heterogeneidade territorial da distribuição das diferentes formas de capital. Além da posição periférica de Canudos, é possível perceber que o alto capital simbólico das elites tradicionais em Sento Sé indica a resiliência de algumas características de grupos familiares que tinham forte ação na política local e migraram para áreas mais centrais do poder público estadual. Apesar do êxodo de agentes desde meados do século XX, aqueles que se mantêm na cidade cultivam incisivamente sua interação com essa trajetória familiar.

Gráfico 3 – Representação esquemática do espaço social ocupado pelos agentes representativos dos principais grupos sociais do Sertão São Francisco (2015)



- ◆ Agricultores beneficiários de programas sociais
- ◆ Famílias tradicionais
- ◆ Elites econômicas
- ◆ Elites políticas

Fonte: Pesquisa de campo.

Cabem aqui dois destaques: o caso de Sento Sé, cujo poder econômico da elite política é mais baixo, possivelmente em função desta

elite ainda estar em processo de formação, após o declínio do papel político das famílias tradicionais, que, no entanto, ainda encarnam um capital simbólico alto, dificultando a rápida consolidação de uma elite política mais diversificada; e o caso de Sobradinho, onde a quase inexistência de propriedades rurais, já que se trata de um município criado sobre terras de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), indica que as famílias tradicionais não têm na propriedade rural o fortalecimento de seu capital econômico. Nesta localidade o papel das elites políticas associadas a profissões de caráter urbano ressalta de maneira inequívoca uma nova forma de atuação política.

O Gráfico 3 mostra finalmente como se configura o espaço social do território a partir da distribuição desigual dos capitais econômico e político, os dois mais distintivos, entre os diferentes grupos sociais. Ali nota-se claramente como nenhum dos grupos sociais alcança os extremos do gráfico; como os grupos mais homogêneos são os grupos dos beneficiários, na posição mais baixa do gráfico, e o da elite política, na posição mais alta; como o grupo das famílias tradicionais se dispersa, mas mantém poder econômico, embora sem poder político significativo; e como a elite econômica prescinde da posse direta do poder político.

Trajetórias sociais

As quatro trajetórias apresentadas a seguir espelham o que já foi indicado com informações, números e estatísticas. Agora sob a forma de pequenas biografias, é possível concretizar em agentes sociais específicos a encarnação dos processos sociais antes descritos. Busca-se demonstrar com essas trajetórias de pessoas aquilo que se passou no percurso sociohistórico dos lugares, revelando metamorfoses nas bases de dominação e, com elas, alterações nas interdependências entre a constituição da formação social de um determinado território e a autorregulação dos destinos individuais de seus habitantes, amalgamando, assim, a configuração territorial local.

O *framework* de análise aqui proposto sugere que essas interdependências, mediadas por diferentes níveis de violência [física ou simbólica], constituem elemento-chave para o entendimento dos diferentes caminhos trilhados pela configuração social local ao longo do tempo. As vertentes teóricas que esta visão articula apresentam – de forma mais ou menos explícita – o pressuposto comum acerca da natureza pulsional do ser humano e da necessidade de controle destas pulsões como requisito para a vida em sociedade. Isso permite dizer que, a

depender da forma como se organiza e exerce a violência, e do modo como ela é internalizada pelos membros de uma dada formação social, estabelecem-se tipos de sociabilidade que possibilitam diferentes destinações às pulsões individuais e que se expressam por meio dos comportamentos sociais, das percepções de seus membros sobre a vida social e da tomada de posição destes agentes. Por meio das trajetórias aqui apresentadas, busca-se evidenciar elementos que auxiliem no entendimento dos traços fundamentais que marcam, na atualidade, as formas de dominação em marcha no território em análise, e qual sua proximidade ou distância das formas tradicionais características desta configuração social em momentos históricos anteriores.

Esse olhar apresenta afinidades com as reflexões clássicas acerca da formação do Brasil, que identificaram algumas características paradigmáticas de padrões de comportamento que ao longo do tempo se fizeram presentes na sociedade brasileira. É o caso exemplar da cordialidade, destacada por Sergio Buarque de Holanda – comportamento arquetípico que se erigiu com base na herança patriarcal do nosso iberismo, prevalecendo aqui o caráter pessoalizado e sentimentalizado das trocas sociais, em oposição à impessoalidade, à racionalidade e à disciplina que marcaram as formações sociais do capitalismo avançado (HOLANDA, 1936;1995). Outro exemplo são os traços de sadismo e masoquismo presentes na sociabilidade brasileira, coerentes com uma ordem social ao mesmo tempo violenta e submissa, tal como evidenciado por Gilberto Freyre (1933;2013). Estes traços nada mais são do que formas de encaminhamentos das pulsões baseados na projeção sobre o outro, e não na afirmação individualizada do eu, com a sublimação dos desejos por meio do trabalho, das ciências ou das artes, uma vez mais, tal como nas sociedades mais racionalizadas. Isto é, a constituição da sociedade brasileira como ordem de acesso limitado interdito os meios para a realização individual, para a sublimação, restando aos indivíduos – dominantes e dominados – o caminho da personificação das relações, da assimetria, da dominação ou da submissão como as vias principais de satisfação e afirmação de si no mundo social.

No caso em estudo a evolução territorial recente parece ter permitido uma metamorfose das formas clássicas de dominação, no caso desta configuração expressas nas figuras do coronel e do sertanejo. Para além das diferentes composições dos estoques de capitais dos grupos locais, isso pode ser percebido: a) nos diferentes comportamentos e estratégias de manutenção do poder por parte das antigas elites hoje descendentes – uma vez que os principais trunfos tradi-

cionais de dominação baseados na propriedade da terra, no poder político e na educação não os coloca mais em posição proeminente na sociedade atual –, ainda que apresentem certa ambiguidade associada a resquícios dos traços de cordialidade em seus esforços para a manutenção de poder, como evidenciado na *trajetória 1*; b) nas estratégias de organização das novas elites políticas nesse atual panorama, que buscam escapar dos domínios da sociabilidade tradicional através de um discurso e, em grande parte dos casos, de uma prática antenada a interesses de grupos sociais mais amplos, ainda que sigam aliados aos grupos tradicionalmente dominantes, isto é, mudanças nas relações nós-eu, nos termos de Elias, como mostra a *trajetória 2*; c) na ascensão lenta e gradativa do comércio e de uma nova elite econômica local que, de origem mais pobre, aproveitou as oportunidades das últimas décadas para a constituição de formas de autorregularão e para o desenho de estratégias de vida em rompimento com as formas de reprodução social de seus antepassados, como mostra a *trajetória 3*; d) na percepção, por parte dos grupos sociais tradicionalmente dominados, de possibilidades hoje abertas à realização competitiva, e não mais integralmente apoiada em relações de submissão e dominação, como mostra a *trajetória 4*.

Esse novo contexto que, como dito, remete ao conjunto de políticas desenvolvimentistas da década de 1970, à expansão de direitos sinalizada pela Constituição de 1988, e ao alargamento recente das políticas sociais dos anos 2000 caracteriza um marco para uma mudança mais qualitativa e profunda nesse território, com a regulação das relações sociais em bases distintas daquelas de prevalência da dominação e submissão presentes na análise de Freyre. Porém, tal como indicam as trajetórias a seguir, a transformação da estrutura social não se deu por completo, uma vez que existem importantes limites internalizados nos *habitus* locais e que bloqueiam, ainda, a maior extensão das mudanças nesse território.

Trajетória 1 – Famílias tradicionais – uma vida pontuada pela inflexão na curvatura da vara

Com 62 anos de idade sua biografia representa um ponto de inflexão na trajetória familiar, que iniciou o povoamento local em meados da segunda metade do século XIX. Há muito tempo, a família de seu pai estava por lá e sentiu na pele as transformações que vinham se estabelecendo no estrato social das famílias tradicionais, as quais, no sertão do São Francisco, experimentaram um momento importante na década de 1970. Significativos foram a constituição do lago de So-

bradinho e a inundação de grandes porções de terra; a transferência da cidade para lugar distante da antiga sede; e a chegada de novas habitantes interessados nas possibilidades econômicas que se apresentavam com a barragem. Seu pai, devido às interações políticas da família, que iam além dos limites locais, foi indicado como prefeito durante o processo de mudança da cidade, ficando no cargo por seis anos. Planejou a nova cidade instalada no eixo da rodovia, entre dois braços do grande lago; distribuiu as novas moradias; e determinou o lugar dos espaços de sociabilidade, a praça, a igreja, os poderes constituídos e o mercado. O pai alcançou êxito em sua atividade política por meio de um tecido familiar ricamente estruturado sob o abrigo da ordem patriarcal e personalista associado ao poder estadual desde os primeiros tempos da República. Sua indicação ainda externava, em meados da década de 1970, traços da cordialidade que marcou a trajetória familiar e local desde fins do século XIX.

Passado esse momento, o pai assumiu um posto de secretário no governo estadual, e as relações locais se modificaram gradualmente para quem ficou na cidade, como era seu caso. O respaldo familiar ficou mais restrito, e o reconhecimento por todos como representante de família de prestígio foi ficando menos intenso. A chegada de novos habitantes tornou-o mais distante, quase indiferente. Ele também foi estudar fora, em Salvador, ainda menino. Tentou cursar faculdade de agronomia, mas não conseguiu. Desistiu, apesar de ser de uma família de 'pessoas estudadas'. Seu avô estudara advocacia; o pai se formou em engenharia; e seus três irmãos também concluíram o ensino superior e trabalham na capital. Ele, ao contrário, ficou no ensino médio. Das quatro irmãs, apenas uma delas fez faculdade; ela é médica em Salvador. As outras são professoras e reproduziram a tradição: mulheres cuidam da casa e dos filhos. Com suas avós e sua mãe foi assim. A mobilidade espacial dos homens rumo à capital ou Juazeiro era intensa. No caso de famílias da elite, as mulheres, depois dos estudos elementares, em geral voltavam para a cidade de origem e ali construía novas famílias lastreadas por interesses de manutenção ou expansão de poder. Cristalizava-se o poder patriarcal e familiar, que tinha seu centro no domínio do mundo rural baseado em laços econômicos, controle das terras e da vida social local. Hoje em dia, para sua filha única não há mais esse destino. Ela estudou administração e tem um escritório em Petrolina.

As relações sociais eram arranjadas e determinadas muitas vezes na infância. Havia pouca margem para mudanças. Foi o seu caso. Como não quis estudar mais, retornou a sua cidade para cuidar das

terras da família. Não que isso lhe fosse um peso. Adorava as tardes na fazenda quando, na infância, ajudava a preparar rapadura. Mas não era o destino que seu pai tinha lhe planejado e no retorno teve que rearticular suas relações. Talvez pelo tempo decorrido, pela cidade não ser mais a mesma, pelas novas características socioeconômicas, com o surgimento de novos agentes locais, e possivelmente por suas características pessoais nas quais a vida política não era a mais almejada, não converteu o capital político de herança familiar para alcançar um posto de comando local. Sua posição era ambígua e isso não lhe era confortável.

Sempre teve uma atuação mais discreta. Ocupa pela terceira vez cargo de secretário na prefeitura. Não importam os interesses ou grupos partidários, ele está lá. São as coligações e os interesses que o movem, inclusive com outras escalas de poder que estão em jogo. Tem certeza da importância da agricultura e das novas possibilidades que a fruticultura traz para a cidade, mas isso é para investimento externo, com grandes recursos financeiros. Os pequenos proprietários plantam cebola e criam caprinos. É o seu caso, apesar de ter tentado plantar uvas quando ainda era novidade, mas não deu certo. Hoje, lamenta não ter estudado, pois seria outra a sua vida.

Trajatória 2 – Elites políticas – novas bases da distinção e autonomização relativa

Com 32 anos, advogado, sua trajetória se inicia com o funcionamento da barragem que dá nome ao município de Sobradinho. É o mais velho dos quatro filhos de um casal de engenheiros agrônomos e funcionários públicos que ali se estabeleceram em 1981, para o exercício de seus cargos na então empresa estadual de assistência técnica e extensão rural (Emater-BA). Sua mãe, natural de Juazeiro, Bahia, é descendente de árabes e italianos. Seu pai, natural de Buerarema, também na Bahia, é descendente de espanhóis que, com a vinda para o Brasil em busca de um clima quente capaz de curar os males de vesícula da bisavó, dedicaram-se à plantação de cacau na região sul do estado, deixando terras que foram, posteriormente, herdadas pelo avô.

Seus pais foram criados em áreas rurais e, em decorrência das posses dos avós, tiveram a oportunidade de cursar todos os níveis do ensino formal, passando por universidades particulares e chegando à pós-graduação, trajetória pouco provável na época para a maioria da população rural do estado. Com a emancipação do município de Sobradinho, em 1989, concomitantemente à transformação da Emater-BA na atualmente também extinta Empresa Baiana de Desenvol-

vimento Agrícola (EBDA-BA), sua mãe prestou o primeiro concurso da nova prefeitura e seu pai entrou na política local, tendo sido eleito prefeito por dois mandatos consecutivos, em 1996 e em 2000, e elegendoo um sucessor em 2004, o que o projetou como importante figura na cena política do jovem município.

As lembranças de infância são permeadas pela estrutura segregada da cidade, em que se operava um sistema de intenso *apartheid* social. Composta por três vilas, a cidade mantinha separados os segmentos de trabalhadores, técnicos e engenheiros que ali se estabeleceram por conta da construção da barragem. A Vila São Joaquim era onde residiam os mais humildes, em grande parte trabalhadores braçais que ali se mantiveram após o término da obra. A Vila São Francisco era a moradia dos técnicos e operadores, um pouco melhor em infraestrutura e acesso a serviços básicos. Por fim, a Vila Santana, onde ele morava, era o local de moradia de engenheiros e ocupantes dos cargos de alto escalão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), e tinha uma cota de casas reservadas para funcionários públicos. Se por um lado isso significava certa distinção social ao seu grupo familiar – ele reconhece que teve um padrão de vida na infância muito diferente e sem as restrições materiais e de infraestrutura que marcavam o restante da cidade –, por outro, o fez ser alvo de preconceitos que muito o incomodavam. Na época seu pai era funcionário do estado, o que na escola o colocava em uma posição inferior à dos filhos dos altos funcionários da Chesf.

Esse preconceito velado, ele acredita não existir mais. A expansão do acesso à educação teria sido a principal responsável por uma maior igualdade na região, ainda que as desigualdades permaneçam. Ele entende a educação como único caminho para a liberdade. No seu caso, buscou seguir a trajetória de seu grupo familiar, cursou direito na Universidade Metropolitana de Salvador e chegou a iniciar um curso de pós-graduação em direito público, que interrompeu por causa de sua candidatura. Até se eleger prefeito, advogou nas áreas de direito criminal e administrativo, em prefeituras e câmaras de municípios vizinhos, como Casa Nova. Assim como ele, os três irmãos têm formação superior; dois deles atuam profissionalmente como advogados na cidade de Juazeiro e Sento Sé; e um atua como engenheiro elétrico nos perímetros irrigados da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) no município de Rodelas.

Nunca havia pensado em se candidatar. Gostaria de ser promotor ou juiz, mas após entrar na política não sabe se este sonho ainda existe. Considera a política um sacerdócio e diz ter vontade de galgar passos

mais largos, como a Assembleia Legislativa. Apresenta a gestão coletiva, territorial e integrada como pilar de um discurso racional sobre o desenvolvimento regional. Com a esposa, historiadora e professora natural de Pernambuco, teve dois filhos, para quem espera poder proporcionar as mesmas oportunidades que ele teve, garantindo assim a reprodução de um grupo familiar que, diferentemente das elites tradicionais cujo poder tinha como base o controle das terras e da vida social e econômica local, tem no capital cultural seu trunfo mais estratégico.

Trajatória 3 – Elites Econômicas – aproveitando pragmaticamente oportunidades para superar bloqueios

Comerciante com 42 anos é o 17º filho de um grupo de 21 dos 14 que sobreviveram à infância. O pai era de Massaroca (Juazeiro), e a mãe de São Pedro. O pai era produtor rural e comerciante, assim como a maioria de seus ascendentes. Da infância lembra como momento mais marcante para a família quando o pai comprou uma roça de mamona, e com os ganhos obtidos dessa roça, comprou um ponto comercial em Piçarrão (Sento Sé). Nessa época tinha oito anos, e vivia em uma casa mista de taipa e alvenaria, sem recursos e acesso a equipamentos públicos, a não ser uma escola pública. Da pobreza na época, lembra-se também da ajuda dada por um primo de Juazeiro, que lhe mandava roupas e outros auxílios. Seu tio era a única pessoa em sua comunidade que possuía um carro, e era quem levava a família para Sento Sé, cuja sede fica a aproximadamente 100 km do distrito de Piçarrão.

Passou pouco tempo ali, mudando-se aos oito anos para a região urbana de Sento Sé, para ajudar um de seus irmãos no comércio. Já era a nova Sento Sé, inaugurada em 1976. Outros irmãos também foram mandados pelos pais para trabalhar em Sento Sé, mas ele foi o único que permaneceu por algum período. Com o irmão, trabalhou em Sento Sé até os nove anos, quando se mudou para Senhor do Bonfim, onde trabalhou por mais três anos com a irmã mais velha. Neste período fazia as cobranças e aproveitava e vendia “piqueniques” para fazer o próprio dinheiro. O pai (de quem era o xodó, segundo o próprio), acreditava no potencial do filho para o comércio, e mais do que estimular a estudar, o instigou a ter seu próprio comércio. Sua infância, afirma, foi trabalho, sem lazer.

Estudou até o segundo grau [ensino médio], primeiro em uma escola rural, e depois na cidade de Sento Sé. Tentou o Ensino Superior a Distância em Administração, mas não gostou do curso e o abandonou. Todos os irmãos estudaram, e alguns chegaram ao ensino superior. Duas irmãs, inclusive, lecionaram em escolas de Sento Sé.

Os filhos apenas estudam (todos em Petrolina), e, sobre a educação dos meninos, deseja que seja melhor que a dele, e que consigam algo pelos estudos.

Ao longo de toda a vida foi comerciante, mas hoje também tem pequena atividade pecuária. Com o tempo sua vida, e a da maioria de sua família, melhorou bastante. Muitos de seus parentes também viraram comerciantes e, destes, “90% melhoraram bem”. Sua referência para sucesso, inclusive, é seu irmão mais velho, com que conviveu, e que hoje também tem seu comércio em Sento Sé.

Procura não se envolver com política, pois “ser comerciante e político não dá certo”, até pela dedicação que estas atividades exigem. Também tem pouco envolvimento em associações em Sento Sé ou na região, sendo apenas membro da Câmara de Dirigentes Lojistas, da qual diz ter participado da fundação.

Seu presente mascara um passado humilde e marcado por dificuldades. Apesar delas, identifica em dois momentos os marcos de sua trajetória: a compra da roça de mamona e a construção da nova Sento Sé, com abertura de espaços que logrou aproveitar. Estes momentos e um mínimo de condições materiais se converteram em oportunidades para que a família rompesse bloqueios da formação territorial local e saísse da condição de pobreza.

Trajectoria 4 – Beneficiários de políticas sociais – a primeira geração a escapar das metamorfoses da escravidão

Agricultora familiar e apicultora, trinta anos de idade, tem sua origem na comunidade quilombola de Andorinhas, distante 18 km da cidade de Sento Sé. Seus antepassados têm origem na mesma localidade, segundo a própria entrevistada “uma mistura entre índios e negros”. A família foi obrigada a mudar de moradia durante a década de 1970, por conta da construção da Barragem de Sobradinho. A condição de isolamento, a ausência de serviços, como educação, saúde, saneamento e infraestrutura, não foram, no entanto, alteradas por conta desta mudança. As condições de vida continuaram precárias, e a distância da moradia até a cidade os impossibilitava de frequentar continuamente a escola local. O pai não teve oportunidade de estudo. A mãe pôde ir à escola já adulta, até a oitava série. Compreendiam o estudo como porta de saída para a condição de penúria em que viviam.

As dificuldades não se restringiam apenas ao acesso à educação. O trabalho na “roça” era praticamente de subsistência; a atividade da pesca complementava o que podiam extrair para consumo da família

de sete filhos. Para os pais, o trabalho com a terra era compreendido como uma espécie de castigo para aqueles que não tiveram oportunidade de estudo.

A família sempre teve forte ligação com a igreja católica, que era responsável pelas poucas atividades não vinculadas ao trabalho com a terra, assim como pela organização de algumas atividades produtivas coletivas. Algumas festas e celebrações eram realizadas em sua casa, o que a faz recordar os “sambas de velho”, “reizados” e festas de São Gonçalo como memórias positivas de sua infância, momentos de socialização com vizinhos e outros moradores da região.

Como estudar era a maior dificuldade, pela distância a ser percorrida até a escola e pela inconstância da oferta de ensino e sendo a única mulher dos sete filhos do casal, foi enviada para a cidade de Remanso (distante mais de 300 quilômetros de Sento Sé) ainda muito nova, com sete anos de idade, para ter acesso aos estudos. Retornou para Sento Sé já com o ensino médio completo, o que coincidiu com o momento de expansão das políticas sociais implementadas pelo governo federal. Apesar disso, atribui a sua experiência educacional ao aproveitamento das possibilidades abertas com estas políticas: “só sou bem-sucedida por conta do estudo. Se tirar isso, estaria igual a todo mundo”. Atualmente cursa pós-graduação, um mestrado em educação para pessoas com deficiência. O associativismo também é enaltecido como fundamental para a melhoria nas condições de vida já alcançadas: “minha vida não existe sem a associação”.

Comparadas as condições de vida de seu núcleo familiar primeiro (seus pais) e a que hoje possui, há inegáveis avanços, no acesso a direitos, na melhoria de seus indicadores de condição de vida, na possibilidade de algum grau de organização da produção agrícola e de acesso a possibilidades de comercialização. Mas o traço mais marcante é a mudança no discurso sobre si – da resignação e da resistência, a ênfase passa para as possibilidades efetivas de realização do futuro. Parte disso deve ser creditado aos investimentos familiares e à mobilidade, ainda que impulsionada pela precariedade que marcou a condição de origem. Parte deve ser creditada à expansão de direitos e de políticas sociais propiciadas pelo Estado brasileiro no período.

Já a inserção no meio político, no caso em Sento Sé, ainda é uma possibilidade remota. No horizonte imediato, afirma que seria importante eleger alguém ligado à associação como vereador no município. Cogitar a eleição de um representante de sua comunidade no poder público local seria, na sua opinião, algo impensável para a geração de seus pais.

Coalizões e tomada de posição sobre as mudanças recentes

Com o enfraquecimento do poder político e econômico das elites tradicionais, antes ancorado na estrutura fundiária e nas relações de mando dos coronéis, aqueles que ficaram ou mantiveram vínculos com as cidades de origem se viram obrigados a metamorfosear o seu comportamento, constringendo-se à entrada de novos agentes nas elites locais. A velha elite passou a aceitar a pulverização de interesses econômicos e políticos tendo agora por portadores novos grupos que compõem a rede de sociabilidade local (comerciantes, pequenos agricultores com alguma inserção em mercados, prestadores de serviços). Na atualidade a elite tradicional se mantém ainda sustentada por seu capital simbólico, mas não pode mais exercer sozinha o poder local, tendo que se estabelecer em coalizão com estes novos agentes que passam a compor o grupo da elite política local. Estes, por sua vez, parecem necessitar deste apadrinhamento, tutela ou consentimento para a inserção no mundo político e social das cidades. Esta postura fica bem destacada quando se observa que presidentes de associações e cooperativas, ainda que possuam razoável capital político junto a seus pares, devido a sua atuação comunitária, não conseguem ascender ao poder municipal, uma vez que não compõem (ao menos por enquanto) o relativamente novo quadro de laços políticos locais. Ao mesmo tempo, a posição das elites econômicas é ambígua, pois sabe que sua reprodução social depende tanto das elites como dos setores subalternos, pois estes movimentam uma parte não desprezível da renda local, que está na base de suas atividades de comércio e serviços.

Estas afinidades, expressas nos gráficos e nas trajetórias apresentados, também se apresentam quando se analisa quais são as proximidades e os distanciamentos estabelecidos entre os grupos sociais locais em relação a temas estratégicos da agenda do desenvolvimento territorial. A última parte do longo questionário aplicado aos entrevistados nos quatro municípios em análise tinha por objetivo analisar a tomada de posição destes agentes sobre um conjunto de temas que dizem respeito justamente às transformações recentes da economia e da sociedade local. Foi-lhes perguntado como percebem o desenvolvimento recente da região, se ascendente ou descendente. E foi-lhes perguntado como se posicionam em relação aos efeitos da Barragem de Sobradinho, da constituição do polo de fruticultura e das políticas sociais para a vida local.

Como não poderia deixar de ser, há uma correspondência clara entre a posição na hierarquia social e a tomada de posição sobre estes

temas, refletindo as coalizões de interesses e de comportamentos do território. A Tabela 1 ilustra os diferentes posicionamentos acerca do desenvolvimento regional por parte dos grupos pesquisados. Visões favoráveis às dinâmicas e *drivers* recentes foram coloridas em verde; aquelas contrárias foram coloridas em vermelho; e as opiniões mais ambíguas e dependentes foram coloridas em amarelo. A partir disso agrupamos as tomadas de posição em três grupos: um primeiro formado por entrevistados que avaliam os temas e as dinâmicas recentes como nitidamente positivas; um segundo marcado pela ambiguidade, com algumas avaliações positivas e outras negativas; e um terceiro grupo, em que há maior ocorrência de avaliações negativas.

Nota-se, em primeiro lugar, que a maioria dos entrevistados da elite política enxerga com bons olhos a trajetória recente do território, entendendo que tanto a barragem quanto o polo de fruticultura e as políticas sociais dinamizaram a região, que vem melhorando nos últimos anos. Isso os coloca no topo da tabela. Ao contrário, as visões dos beneficiários de políticas sociais são menos favoráveis e mais matizadas por críticas aos vetores recentes, conformando uma polarização que, assim como acontece nos estoques de capitais (Gráfico 1), opõe esses dois grupos no que se refere à sua tomada de posição sobre o desenvolvimento regional. Em segundo lugar, nota-se o caráter ambíguo do posicionamento tanto das famílias tradicionais quanto das elites econômicas entrevistadas, ambas dispersas ao longo da tabela. No caso das primeiras, pode-se dizer que sua visão deriva de seu posicionamento descendente no espaço social do território ao longo das últimas décadas, o que as faz ter percepções não tão positivas quanto às da elite política ascendente, mas ainda assim mais favoráveis aos vetores recentes que o grupo dos beneficiários. No caso das elites econômicas, a ambiguidade pode ser derivada do fato de seus posicionamentos dependerem, em grande medida, das posições tomadas pelas elites políticas e pelos beneficiários, aproximando-se ou distanciando-se destes dois polos. Isso porque, como visto, sua reprodução social passa, por um lado, pelo aquecimento da economia local promovido pelas políticas sociais recentes e, por outro, por investimentos regionais carreados pelas elites políticas que, em grande medida respondem também por sua reprodução ao longo do tempo.

A Tabela 1, juntamente com a distribuição dos capitais e as trajetórias apresentadas nas páginas precedentes, permite ainda inferir algo sobre as interdependências entre a configuração territorial e as formas de regulação e autorregulação da violência. Se no passado as figuras arquetípicas do coronel e do sertanejo encerravam a polaridade básica

Tabela 1 – Tomada de posição dos agentes locais sobre temas fundamentais do desenvolvimento territorial

Grupo	Percepção sobre o sentido do desenvolvimento regional	Evolução da região nos últimos anos	VDR*/Posição sobre barragem	VDR*/Posição sobre fruticultura irrigada	Posição sobre políticas sociais
Visão positiva sobre a trajetória recente do desenvolvimento territorial					
Elite política	ascendente, fatores exógenos,	melhorou / irrigação	a favor	a favor	a favor
Elite política	ascendente, fatores exógenos	melhorou / ações do governo federal (funcionalismo público)	a favor	a favor	a favor
Elite política	ascendente, fatores exógenos	melhorou / piscicultura e agricultura	a favor	a favor	a favor
Elite econômica	ascendente, fatores exógenos	melhorou / piscicultura e agricultura	a favor	a favor	a favor
Família tradicional	ascendente, fatores exógenos e endógenos	melhorou/piscicultura	a favor	a favor	a favor
Visão ambígua sobre a trajetória recente do desenvolvimento territorial					
Elite política	ascendente, fatores exógenos	melhorou / políticas sociais	depende	a favor	a favor
Família tradicional	ascendente, fatores endógenos	melhorou / enoturismo	depende	a favor	a favor
Beneficiário	ascendente, fatores exógenos	melhorou	a favor	depende	a favor
Família tradicional	estagnado, fatores exógenos	melhorou em parte / falta de mercado de trabalho e infraestrutura	a favor	a favor	a favor
Família tradicional	ascendente, fatores exógenos	melhorou / piscicultura e agricultura	a favor	depende	a favor
Elite econômica	estagnado, fatores exógenos	melhorou / oferta de emprego na região	a favor	a favor	a favor
Elite política	ascendente, fatores exógenos	melhorou em parte / políticas públicas federais, fruticultura, enoturismo	depende	a favor	a favor
Família tradicional	ascendente, fatores endógenos	melhorou / trabalho	a favor	a favor	sem opinião
Visão crítica sobre a trajetória recente do desenvolvimento territorial					
Família tradicional	ascendente, fatores endógenos	melhorou / desenvolvimento do comércio	a favor	a favor	contra
Beneficiário	estagnado, fatores endógenos	melhorou / facilidade de produzir	depende	a favor	a favor
Beneficiário	estagnado, fatores exógenos	melhorou / acesso a informação e políticas sociais	depende	a favor	a favor
Elite política	ascendente, fatores exógenos	melhorou / irrigação	a favor	a favor	contra
Elite econômica	estagnado, fatores exógenos	permaneceu na mesma / falta de emprego	a favor	a favor	a favor
Elite econômica	estagnado, fatores endógenos	Permaneceu na mesma / falta inovação	a favor	a favor	contra
Elite econômica	estagnado, fatores exógenos	piorou / desativação de projetos de desenvolvimento (cebola)	depende	a favor	a favor
Beneficiário	ascendente, fatores exógenos	melhorou	contra	contra	a favor
Beneficiário	estagnado, fatores endógenos	permaneceu na mesma por fatores endógenos	a favor	depende	depende
Beneficiário	ascendente, fatores exógenos	melhorou / acesso a informação e políticas sociais	depende	não opinou	a favor
Elite econômica	estagnado, fatores endógenos	melhorou / políticas sociais	contra	contra	a favor
Elite política	estagnado, fatores exógenos	piorou / perda de empregos devido a falta de infraestruturas (frutimag)	contra	a favor	a favor
Elite econômica	descendente, fatores exógenos	piorou / perda de empregos devido a falta de infraestruturas (Frutimag)	depende	a favor	a favor
Família tradicional	ascendente, fatores exógenos	melhorou / políticas públicas (redução da migração - êxodo rural)	a favor	não respondeu	contra
Beneficiário	descendente	piorou / não tem emprego	contra	não opinou	depende

Fonte: Pesquisa de campo, Vale do São Francisco, 2015. * VDR - Vetores de desenvolvimento regional

Respostas em branco refletem o não posicionamento do agente sobre aquele tema específico.

da vida local, vê-se uma vez mais manifestação de como esta dualidade se fragmentou. Na base desta desintegração está a erosão das bases sociais da dominação coronelista – a velha ausência de mínimos de renda e de direitos a partir dos quais o mando e o poder pessoal se interpunha como única possibilidade de romper, ainda que provisória e pontualmente, o círculo das restrições extremas. É nesse sentido que Singer (2010) afirma que a entrada das pobres na vida política, mais acentuadamente ao longo da última década fez cair uma fronteira que não poderá mais ser recomposta: a incorporação daquilo que Caio Prado Jr. chamou de setor inorgânico da população ao exercício da vida social.

Conclusão: qual a extensão das mudanças no desenvolvimento recente do Brasil interiorano?

Este artigo procurou oferecer duas contribuições principais ao debate sobre o desenvolvimento territorial no Brasil contemporâneo. Sob o ângulo empírico, as seções anteriores trouxeram uma leitura das mudanças e da morfologia das regiões interioranas no período recente. Sob o ângulo teórico, o estudo buscou realizar esta leitura a partir da moldagem de um quadro de análise relativamente inovador, mesclando abordagens econômicas e sociológicas consagradas a uma teoria de médio alcance especificamente constituída para dar conta da especificidade das regiões rurais ou não metropolitanas. Estas duas contribuições se voltam a preencher uma lacuna: a análise teoricamente instrumentalizada do que se passa fora do Brasil metropolitano, tão enfatizado pela literatura econômica, sociológica e das ciências políticas. Ao mesmo tempo, elas se distanciam da tradição que associa o Brasil rural ao Brasil agrícola e agrário, tradição ainda imperante na economia e na sociologia rural ou na geografia agrária.

Por trás desse intuito está a proposição de que não se pode discutir a agenda do desenvolvimento brasileiro sem conhecer e tratar afirmativamente a realidade de sua porção situada fora das metrópoles, seja por sua amplitude territorial, seja pelo fato de que nas regiões interioranas vive mais de um terço da população do país, seja porque nessas regiões estão os ecossistemas de que depende a vida humana no país, ou ainda, e finalmente, pelo fato de que há uma clara interdependência entre o destino das regiões interioranas e a composição de interesses que sustenta a agenda nacional do Brasil urbano e industrial.

A pergunta deste artigo diz respeito à extensão das mudanças porque passou o Brasil interiorano. Quanto a isso, o debate público oscila entre dois extremos: a afirmação de que adentramos um período de progressos sociais que teria deixado para trás o passado de priva-

ções de liberdades e conquistas de direitos como nunca antes visto na história desse país, de um lado; ou, no extremo oposto, a ênfase nas permanências e na ausência de rupturas com as estruturas mais profundas da formação social brasileira. Ao longo das seções foram mobilizadas evidências que permitem sair desta polarização. O que se tentou demonstrar é que as mudanças tiveram, sim, algo de inédito, mas, paradoxalmente, são marcadas também por seu caráter parcial.

O ineditismo reside em ao menos quatro aspectos. O primeiro é a constituição de atores coletivos capazes de espelhar os interesses da população mais pobre. A constituição de organizações portadoras dos interesses dos setores subalternos da sociedade é condição para que possam influenciar por meio da ação coletiva a moldagem dos processos sociais e econômicos locais e participar das formas de encaminhamento dos conflitos sociais inerentes ao desenvolvimento territorial. O segundo aspecto é a erosão das bases tradicionais da dominação – a ampliação de oportunidades econômicas e o acesso a direitos solapou o fundamento material da dominação das velhas elites. Estas não foram totalmente alijadas do exercício do poder, mas tiveram que fazer concessões a novos setores ascendentes. Essa erosão tem repercussões mais amplas sobre as possibilidades de realização do futuro da população pobre, cujos desdobramentos futuros são plenos de potencial, mas cuja efetivação, contudo, depende da superação de outros bloqueios, que serão mencionados mais adiante. O terceiro aspecto é a constituição de novas elites. Elites ambíguas, como se viu, é verdade. Mas é também inegável que a trama de interesses que se precisa equacionar agora é mais complexa e, por conseguinte, exige também uma agenda igualmente mais complexa do que aquela que sustentava as velhas elites. Também aqui se abre a possibilidade de constituição de uma coalizão mais sofisticada e com alguma abertura para a incorporação dos setores dominados. O quarto aspecto, por fim, é a mudança nos estoques de capitais, nas habilidades sociais, nas capacitações para tomar parte da vida social, trunfos antes restritos à velha elite e agora partilhados com atores emergentes, tanto na base da pirâmide social como nos segmentos intermediários ou mesmo das novas elites. Isto aproxima o território em análise das condições típicas das sociedades de acesso aberto, nas quais a ascensão social se faz por meio do acesso a informações e a mercados; mercados de bens e serviços, mas também mercado de bens simbólicos, como a distinção social, sob permanente disputa entre os grupos sociais.

O caráter parcial, e que coloca o território no limite entre o seletor clube das sociedades de acesso aberto e o enorme conjunto das socie-

dades de acesso limitado, se concretiza em dois elementos de permanência. O primeiro deles é o aspecto fundante da história do território, representado pela concentração da propriedade fundiária. Criou-se ali a típica situação de dependência de caminho, na qual a posição privilegiada das velhas elites sempre bloqueou o acesso dos segmentos dominados aos espaços e trunfos necessários à reversão dessa situação. É verdade que este caráter perdeu força com a extensão da urbanização, com o acesso a direitos e com a complexificação intersetorial da economia local. Algo que repercute na perda de poder das velhas elites. Mas a análise da configuração territorial atual mostra que estes grupos permanecem importantes, convertendo seu capital simbólico em fonte de legitimação e sustentação da distinção. A questão central aqui é que seu poder não foi ainda substituído por um poder em igual proporção, agora tendo por portadores segmentos emergentes. Parte do poder econômico vem do capital externo presente nas atividades agroindustriais, mas que, por ter como portadores agentes que não são do lugar, se estabelece sem correspondente poder político local; este é exercido por grupos emergentes, mas ainda sem força para prescindir das velhas elites. O segundo aspecto está intimamente ligado ao anterior. Diante da quase impossibilidade de alteração da estrutura fundiária, não se logrou uma transformação das estruturas produtivas na direção de constituir uma distribuição de ativos radical e uma autonomização dos processos de desenvolvimento, diminuindo a dependência dos vetores exógenos, que em última instância foram os *drivers* da trajetória recente do território. Isto é, os capitais ou trunfos necessários para participar da vida social são hoje acessados pelos grupos não tradicionais. Mas este acesso ainda é limitado, o que repercute nas habilidades limitadas desses grupos para participar da estrutura econômica e das estruturas de poder locais.

Na tipologia do livro *In the shadow of violence* de autoria do grupo de pesquisas liderado por Douglass North *et al.* (2012), são apresentados casos de sociedades do chamado Sul global que se encontram próximas de cruzar o limite que separa as sociedades de acesso limitado das sociedades de acesso aberto, caso do Chile. E casos de sociedades que chegaram perto desse limite, mas recuaram francamente, caso do México. A pesquisa ainda em desenvolvimento, da qual este artigo faz parte, parece mostrar que o Brasil encontra-se em uma encruzilhada que pode resultar em uma posição parecida com o caso chileno, ou dar origem a uma trajetória similar à do caso mexicano. Na base desta encruzilhada, está a opção que o país irá tomar no que diz respeito à extensão e às características da coalizão que comandará

o Estado nos próximos anos. Não é, portanto, uma questão meramente partidária, esfera que há duas décadas é polarizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ela diz respeito, sobretudo, a como serão compostos os interesses e seus agentes representativos em uma agenda futura. Como bem demonstra o livro *A construção política do Brasil*, de Bresser Pereira (2015), estamos no limite das agendas que levaram à industrialização do país e à formação de um estado de bem-estar social tal como o conhecemos. A retomada da sofisticação da matriz produtiva brasileira, hoje interrompida, e o aprofundamento do bem-estar social dependerão de uma nova agenda. A coalizão capaz de formular essa agenda precisaria isolar os setores rentistas da sociedade, onerar os setores extrativos, caso típico do setor agroexportador, e valorizar os setores subalternos e os setores representativos dos interesses produtivos nacionais, principalmente no ramo industrial. As dificuldades para operar essa solução proposta por Bresser Pereira será discutida em outro artigo. Neste *paper* tentamos mostrar como esses impasses da agenda nacional encontram um correspondente no plano local. A construção de uma nova agenda e a formação de uma nova coalizão não são operações meramente lógicas, de identificação de interesses, mas, sobretudo, trata-se de uma construção política, cujo futuro é de contornos absolutamente incertos. Em *paper* de síntese do projeto de pesquisa em curso. Em outro trabalho (FAVARETO *et al.*, 2016) se argumenta como a nova agenda envolve uma nova concepção sobre a base material dos processos de desenvolvimento, sobre a articulação de sua base doméstica com a inserção externa, e sobre a composição dos grupos sociais que podem sustentar a nova agenda.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, n. 2, v. IV, p. 379-397, 2000.

ACEMOGLU, D. e ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam – as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

BACELAR, Tania. *Nordeste, nordestes, que Nordeste?* Fundação Joaquim Nabuco, Publicado em Observanordeste, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414>.

BAGNASCO, A. *TreItalie – la problemática territoriale dello sviluppo italiano*. Torino: Il Mulino, 1977.

BARROS, Emmanoel, COSTA, Ecio F. e SAMPAIO, Yoni. Análise de eficiência das empresas agrícolas do polo Petrolina/Juazeiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 41, n. 4, 2004.

BARROS, Maelda L. e SÁ, Alcindo J. O polo seco de fruticultura irrigada de Petrolina/Juazeiro: um espaço-objeto do poder hegemônico de mercadificação e normatização socioambiental. *Revista de Geografia*, v. 25, n. 3, UFPE, Recife, 2007.

BERDEGUÉ, J. *et al.* Desarrollo territorial rural en America Latina – determinantes y opciones de políticas. In: BERDEGUÉ, J. e MODREGO, F. (Orgs.). *De Yucatán a Chiloé – dinámicas territoriales rurales*. Buenos Aires: Teseo Ed. 2012. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/Yucatan-Chiloe-DTR.pdf>.

BERDEGUÉ, J. *et al.* Conceptualizing spatial diversity in latin american rural development – structures, institutions and coalitions. *World Development*, v. 73, p. 1-10, 2015a. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1400326X>>.

BERDEGUÉ, J. *et al.* Explaining spatial diversity in latin american rural development – structures, institutions and coalitions. *World Development*, v. 73, p. 129-137, 2015b. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X14003295>>.

BITOUN, J. *Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros*. Relatório de Pesquisa. Brasília/Recife: IICA, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção – crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Ed. Zouk/Edusp, 1974/2008.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1980/2014.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A construção política do Brasil – Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: 34 Letras, 2015.

COHN, Amelia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Abril, 1902/2000.

DAMIANI, Octavio. Effects on employment, wages, and labor standards of non-traditional export crops in northeast Brazil. *Latin American Research Review*, v. 38, n. 1, p. 83-112, 2003.

DAVEZIES, Laurent. *La République et ses territoires: la circulation invisible des richesses*. Paris: Seuil, 2008.

DE PAULA, D. A. *A comissão do Vale do São Francisco: Planejamento e Política pública nas décadas de 1940-1950*. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, v. 64, n. 28, São Paulo, USP, 2010a.

FAVARETO, A. *et al.* Desenvolvimento territorial em uma região do Semiárido do Nordeste brasileiro – para além das transferências de renda. Documentos de Trabajo, n. 83. Santiago do Chile: Rimisp, 2010b.

FAVARETO, A. e ABRAMOVAY, R. Contrastes territoriais dos indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade no Brasil dos anos 1990, *Ruris*, v. 4, n. 1, 2012.

FAVARETO A. *et al.* A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro (2000-2010). São Paulo/Santiago do Chile: Rimisp/Cebrap/UFABC. Série Documentos de Trabajo, 2014. Disponível em: <http://rimisp.org/2015/wp-content/files_mf/14024192532014_FavaretoEtAl-relatorio_RIMISP_Mapas_Versao19Fevereiro.pdf>.

FAVARETO, A. *et al.* Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas. *Revista Regis*, n. 1. Universidade de Brasília, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 1933/2013.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

GARCIA JR., Afranio. *O Sul: caminho do roçado – Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Ed. Marco Zero, 1988.

HALL, A. Grassroots action for resettlement planning: Brazil and Beyond. *World Development*, v. 22, n. 12, p. 1793-1809, 1994.

HASBAERT, R. *O mito da desterritorialização – do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1936/1995.

IBGE. *Censo demográfico*. 2011. Disponível em <www.ibge.gov.br>.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2014. Disponível em <www.ibge.gov.br>.

KAWAMURA, Y. et al. *Empregos e desenvolvimento territorial em duas regiões do Nordeste do Brasil*. Relatório de Pesquisa. São Paulo/Santiago do Chile: Cebrap/Rimisp, 2013.

LACERDA, Marta A. D. e LACERDA, Rogerio D. O cluster de fruticultura no Polo Petrolina/Juazeiro. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 4. n. 1, 2004.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1948/2012.

LEMONS, M. et al. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 4, São Paulo, 2003.

MAHONEY, J. e THELEN, K. *Explaining institutional change – ambiguity, agency and power*. Cambridge University Press, 2009.

MAIA GOMES, G. *Velhas secas em novos sertões – continuidade e mudança nas economias do semiárido e dos cerrados nordestinos*. Ipea: Brasília, 2002.

MASSARI, T. *A dimensão territorial da sustentabilidade – sistematização de dados e análise crítica em microrregiões selecionadas*. Relatório de Pesquisa. UFABC: São Bernardo do Campo, 2015.

MERTON, Robert K. *Sociologia – teoria e estrutura*. Ed. Mestre Jou: São Paulo, 1970.

NERI, Marcelo. *A nova classe média – o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NORTH, Douglass et al. *Violence and Social Orders. A conceptual framework for interpreting recorded human history*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

NORTH, Douglass et al. *In the Shadow of Violence. Politics, Economics and the problems of development*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

OSTROM, E. *Understanding institutional diversity*. Princeton University Press, 2005.

PIERSON, P. *Politics in time – History, Institutions and Social Analysis*. Princeton University Press, 2003.

SARACENO, E. The evaluation of local policy making in Europe – learnings from the LEADER community initiative. *Evaluation*, v. 5, n. 4, p. 439-457, Londres, 1999.

SCHEJTMAN, A. e BERDEGUÉ, J. *Desarrollo territorial rural*. Documentos de Trabajo. Santiago do Chile: Rimisp, 2007.

SEIFER, P. et al. *The territorial impacts of big energy projects: the case of the Sobradinho and Tucuruí Hydropower Plants*. HDCA 2015 Conference – Capabilities to the Move: Mobility and Aspirations Georgetown University Washington D.C., 2015.

SIGAUD, L. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1986.

SILVA, Pedro C. G. *Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina/Juazeiro*. Tese Doutorado. Instituto de Economia. Unicamp: Campinas, 2003.

SILVA, José M. A. S, REZENDE, Alberto M. e SILVA, Carlos A. B. Condicionantes do desenvolvimento do polo agroindustrial Petrolina/Juazeiro. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 31, n. 1, p. 48-64, 2000.

SOBEL, Tiago F. e ORTEGA, Antonio C. *Evolução e situação atual do polo Petrolina/Juazeiro: uma análise a partir de indicadores socioeconômicos*. Paper apresentado no Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 2007.

VEIGA, José Eli. *A face territorial do desenvolvimento*. Encontro Nacional de Economia, 27, Anais, v. II. Belém, 8-10 dez. 1999, p. 1301-1318, 1999.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Associados, 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1915/1998.

FAVARETO, Arilson, Suzana Kleeb, Carolina Galvanese, Paulo Seifer, Rafael Moralez. Metamorfoses da dominação nos territórios rurais – qual a extensão das mudanças recentes nas regiões interioranas do Brasil contemporâneo?. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2015, vol. 23, n. 2, p. 448-501, ISSN 1413-0580.

Resumo: (Metamorphoses of domination in rural areas – what is the extent of recent changes in the interior regions of contemporary Brazil?). The main objective of the paper is to understand to what extent the positive results achieved by Brazil in the first decade of this century allow us to affirm an overcoming of the historic barriers that characterize the Brazilian spatial development (strong inequality and restrictions on most of the population to access the assets required to participate with relative autonomy in the social and economic life of the country), or if, on the contrary, despite recent advances, traditional forms of domination metamorphose and continue to restrict the expansion of fundamental freedoms that should be franchised to any citizen (how to access stable and secure sources of income, achieve reasonable levels of information, and escape early morbidity). For this purpose, we analyze the long term evolution of the territorial configuration of the hinterland (Sertão) of San Francisco in Northeast Brazil.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, configuração territorial, desenvolvimento rural.

Abstract: (*Metamorphoses of domination in rural areas – what is the extent of recent changes in the interior regions of contemporary Brazil?*). The main objective of the paper is to understand to what extent the positive results achieved by Brazil in the first decade of this century allow us to affirm an overcoming of the historic barriers that characterize the Brazilian spatial development (strong inequality and restrictions on most of the population to access the assets required to participate with relative autonomy in the social and economic life of the country), or if, on the contrary, despite recent advances, traditional forms of domination metamorphose and continue to restrict the expansion of fundamental freedoms that should be franchised to any citizen (how to access stable and secure sources of income, achieve reasonable levels of information, and escape early morbidity). For this purpose,

Arilson Favareto, Suzana KleeB, Carolina Galvanese, Paulo Seifer e Rafael Moralez

we analyze the long term evolution of the territorial configuration of the hinterland (Sertão) of San Francisco in Northeast Brazil.

Keywords: territorial development, territorial configuration, rural development.

Recebido em setembro de 2015.

Aceito em outubro de 2015.